

GOVERNO DE
SANTA CATARINA



SECRETARIA DE ESTADO
DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

INDICADORES ECONÔMICO FISCAIS

NOVEMBRO 2021

O Boletim de Indicadores Econômico-Fiscais de Santa Catarina é uma publicação online e mensal da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE), compartilhando dados quanti e qualitativos do desempenho da economia catarinense.

Governadora de Santa Catarina
CARLOS MOISÉS

Vice-Governadora de Santa Catarina
DANIELA CRISTINA REINEHR

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico de Santa Catarina (SDE)
LUCIANO JOSÉ BULLIGON

Secretário Adjunto de Estado de Desenvolvimento Econômico de Santa Catarina (SDE)
JAIRO LUIZ SARTORETTO

Secretário Executivo do Meio Ambiente
LEONARDO SCHORCHT BRACONY PORTO FERREIRA

Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovações
MORIS CLEBER KOHL

Diretoria de Clima e Biodiversidade
LUCIANO HENNING

Diretor de Emprego e Renda
DIEGO GOULART

Diretora de Recursos Hídricos e Saneamento
PEDRO BROLEZZI

Diretor de Relações e Defesa do Consumidor
TIAGO SILVA

Diretor de Empreendedorismo e Competitividade
CARLOS ALBERTO ARNS FILHO

Gerente de Indicadores Econômicos (SDE) e Coordenador do Boletim
PAULO ZOLDAN

Projeto Gráfico
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING DA SDE

Contato

contato@sde.sc.gov.br

Sumário

CONHEÇA A ECONOMIA CATARINENSE.....	4
APRESENTAÇÃO	5
RESUMO EXECUTIVO: SANTA CATARINA CRESCE NO RANKING DA COMPETITIVIDADE	6
1. QUADRO RESUMO	13
2. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL.....	14
3. RECEITA TRIBUTÁRIA.....	15
4. RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL.....	16
5. OUTROS INDICADORES FISCAIS	17
6. INDICADORES DA DÍVIDA E DO RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO.....	18
7. NÍVEL DA ATIVIDADE DA ECONOMIA CATARINENSE.....	19
7.1. PRODUTO INTERNO BRUTO E VALOR ADICIONADO BRUTO POR SETOR.....	19
7.2. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - PRODUÇÃO E PREÇOS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS.....	20
7.3. PRODUÇÃO INDUSTRIAL FÍSICA.....	20
7.4. VOLUME E RECEITA NOMINAL DAS VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	22
7.5. VOLUME DE SERVIÇOS.....	23
7.6. EMPRESAS ATIVAS, CONSTITUÍDAS E BAIXADAS EM SANTA CATARINA	24
7.7. VENDAS DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, CIMENTO, VEÍCULOS E CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	25
7.8. MERCADO DE TRABALHO	26
7.9. COMÉRCIO EXTERIOR.....	27
7.10. ÍNDICE DE CONFIANÇA.....	28
7.11. DESEMPENHO DOS ESTADOS	29
8. OUTROS INDICADORES ECONÔMICOS - INFLAÇÃO E TAXA DE CÂMBIO	30
9. ECONOMIA INTERNACIONAL	31

NOTA EXPLICATIVA: A SDE não é a fonte primária das informações disponibilizadas neste Indicador de Conjuntura. Apenas consolida e organiza as informações econômicas a partir de dados de conhecimento público, cujas fontes primárias são instituições autônomas, públicas ou privadas.

CONHEÇA A ECONOMIA CATARINENSE

Somos estimados 7,338 milhões de habitantes que estão dispersos em uma área de 95,7 mil km². Nossa força de trabalho, no segundo trimestre de 2021, está estimada em 3,761 milhões de pessoas sendo que 94,2% delas estavam ocupadas. Dessas, 51,7% estavam empregadas no setor privado (90% com carteira assinada, o maior percentual do País), 4% eram trabalhadores domésticos, 11,1% empregados no setor público, 5,2% eram empregadores e 25,8% trabalhavam por conta própria. Os trabalhadores familiares auxiliares representam outros 2,2% da população ocupada.

Dos 3,540 milhões de catarinenses ocupados, 22,8% trabalhavam na indústria; 17,4% no comércio; 15,4% na administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais; 11,9% nos serviços de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas; 9,6% na agropecuária, florestas e pesca; 6,6% na construção; 5,5% nos transportes, armazenagem e correio; 4% nos serviços domésticos; 3,7% em outros serviços e 3,1% em serviços de alojamento e alimentação.

A taxa de desocupação no Estado está em 5,8%, a mais baixa do País, cuja média é 14,1%. O percentual teve redução de 1,1 p.p., ou 38 mil pessoas a menos, na comparação com o 2º trimestre de 2020. Em relação ao primeiro trimestre, a taxa diminuiu 0,4 p.p. (9 mil pessoas a menos). São agora 219 mil pessoas desocupadas. Os trabalhadores na informalidade totalizaram 954 mil pessoas, representando 26,9% das pessoas ocupadas, percentual que se manteve como o menor entre os estados, cuja média é de 40,6%. A taxa estadual de subutilização da força de trabalho recuou para 10,6%, representando 43 mil pessoas subutilizadas a menos em relação ao trimestre anterior, e é a menor do País. O percentual de pessoas desalentadas caiu para 0,9%, ou 6 mil pessoas a menos em relação ao primeiro trimestre é também o menor do País. As médias nacionais desses últimos indicadores são de 28,6% e 5,2%, respectivamente.

Nosso PIB cresceu 3,7% em 2018, atingindo R\$ 298,2 bilhões, o 6º maior do País, sendo que o PIB per capita de R\$ 42.149 era o 4º maior. Estimamos um crescimento da economia de 3,5% em 2019 e uma retração de 0,9% em 2020. Em 2020, nossas exportações atingiram US\$ 8,1 bilhões ou 3,9% do total nacional. Nossa localização estratégica e competitividade tarifária e portuária nos posiciona como o 3º maior estado importador com 10% do total em 2020.

Diversidade cultural e produtiva, desenvolvimento territorial e humano e um extraordinário **potencial de crescimento econômico** são características que diferenciam nosso Estado e o colocam como o 2º mais competitivo do País. Aqui se encontram os melhores indicadores sociais do Brasil.

Veja mais detalhes nos estudos e estatísticas produzidos pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico – SDE e acompanhando o **Boletim Mensal de Indicadores Econômico-Fiscais de Santa Catarina**.

APRESENTAÇÃO

O boletim “Indicadores Econômico-Fiscais” de Santa Catarina traz dados estatísticos da economia e das receitas e despesas do Estado. O boletim reúne as mais recentes estatísticas econômicas oficiais, abrangendo informações sobre o Produto Interno Bruto (PIB), emprego, balança comercial, produção agrícola e industrial, vendas e receitas do comércio, consumo de energia elétrica, consumo aparente de cimento, vendas de óleo diesel, inflação e câmbio, expectativas de agentes econômicos, receitas tributárias e dados fiscais do Governo, entre outros indicadores da economia estadual.

Os dados são atualizados mensalmente propiciando o monitoramento do nível da atividade econômica no Estado, sua comparação com o País e o delineamento das tendências de curto prazo da economia. Além da atualização desses indicadores, o boletim apresenta os dados oficiais do PIB estadual de 2018, o último divulgado pelo IBGE/SDE e uma estimativa preliminar para os anos de 2019 e 2020, realizada por essa secretaria. Traz a mais recente atualização da estimativa do PIB estadual, na comparação de doze meses encerrados em junho de 2021, relativo ao mesmo período anterior.

Nessa edição, no artigo de abertura, apresenta uma abordagem resumida do Ranking de Competitividade dos Estados brasileiros, recentemente divulgada pelo Centro de Liderança Pública, CLP. O

artigo trata dos resultados relativos ao estado de Santa Catarina no que se refere aos pilares da competitividade e seus indicadores estabelecidos na metodologia do CLP.

Traz também, a atualização dos principais indicadores da economia estadual, entre os quais os últimos indicadores fiscais do governo estadual, organizados e divulgados pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina, SDE.

Espera-se que os dados e as informações aqui apresentados tragam suporte à tomada de decisões estratégicas de agentes públicos e privados.

Site: <http://www.sde.sc.gov.br/diec/boletim-de-indicadores-economico-fiscais>

Santa Catarina Cresce no Ranking de Competitividade

No dia 30 de setembro passado foi lançado, em São Paulo, a 10ª edição do Ranking de Competitividade dos Estados. O Ranking foi concebido pelo Centro de Liderança Pública (CLP) em 2011, com o desenvolvimento técnico a cargo da Economist Intelligence Unit, por meio da metodologia SEALL, com o intuito de gerar diagnósticos e direcionamentos para a atuação dos líderes públicos estaduais. Em 2015, em sua quarta edição, o trabalho passou a contar também com a contribuição técnica da Tendências Consultoria Integrada. A partir da edição de 2021, passou a ser concebido integralmente pela Tendências.

Em sua concepção atual, o ranking possibilita identificar, dentro de cada um de seus 10 pilares temáticos, quais são os pontos fortes e fracos que influenciaram a classificação final do Estado em cada um dos indicadores contemplados.

O ranking, portanto, é uma ferramenta já conhecida e de grande relevância, que visa apoiar os líderes públicos brasileiros nas tomadas de decisão, com foco na melhoria de seus estados. Oferece ao setor público uma ferramenta exclusiva para nortear e avaliar ações no âmbito da sustentabilidade e que busca pautar a atuação dos líderes públicos na melhoria da competitividade.

O CLP compreende que a competitividade de um Estado está diretamente ligada à capacidade de ação dos seus líderes públicos. Assim, um estado

competitivo é compreendido como aquele que está atento aos recursos disponíveis e a forma como são utilizados para surtir efeitos positivos, tanto na geração de bem-estar e serviços públicos, quanto no desenvolvimento econômico local, gerando mais empregos e renda para a população.

Torna-se, dessa forma, importante, não apenas o resultado, mas também o sucesso em relação aos outros estados. Assim, ao observar como outros governos se comportam, um efeito é gerado, motivando governos a tomar iniciativas de desenvolver políticas de mais impacto.

O Ranking, tem, portanto, por objetivo alcançar um entendimento mais profundo e abrangente dos Estados brasileiros. Pode representar também uma ferramenta útil para o setor privado balizar decisões de investimentos produtivos, ao estabelecer critérios de atratividade em bases relativas entre os Estados, de acordo com as especificidades de seus projetos de investimento. Os sistemas de ranking proporcionam aos cidadãos uma eficiente ferramenta de avaliação e cobrança de resultados dos gestores públicos. Também funcionam na promoção das melhores práticas na gestão pública.

Foram, para tanto, selecionados 86 indicadores, distribuídos em 10 pilares temáticos, todos considerados fundamentais para a promoção da competitividade e melhoria da gestão pública: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação. Cada pilar tem um peso específico no ranking geral e cada indicador um peso específico dentro de cada pilar. Cada um desses indicadores, além da classificação no ranking, recebe também uma nota (de 0 a 100, sendo 100 a nota máxima e que se refere ao Estado mais bem colocado).

Para a apuração do ranking, foram utilizadas as informações mais atualizadas de cada indicador. Em função da grande diversidade de fontes, os anos de referência da pesquisa não são necessariamente os mesmos. A maioria, nessa edição, refere-se ao ano de 2020, mas em vários casos referem-se a anos anteriores, por ser o último disponível.

Assim como na edição de 2020, SP segue na primeira colocação no Ranking de Competitividade dos Estados. Da mesma forma, SC permaneceu na segunda posição pelo quinto ano consecutivo. DF na terceira e PR, na quarta. O RS caiu mais uma posição e ficou em 9º lugar.

Vice-líder pelo quinto ano consecutivo, SC se destaca ocupando a 1ª colocação nos pilares de Segurança Pública e na Sustentabilidade Social e a 2ª nos de Educação e Eficiência da Máquina Pública. E ainda a 3ª em Inovação e Infraestrutura. Nessa edição o Estado ganha posições no pilar de Sustentabilidade Ambiental (+4), porém perdeu nos pilares de Infraestrutura e Eficiência da Máquina Pública (-1 posição cada), Solidez Fiscal (-3), Capital Humano (-10) e Potencial de Mercado (-2).

Ainda assim, devido ao critério de ponderações, bem como ao desempenho das demais Unidades da Federação (UFs), essas perdas não impediram que SC avançasse na pontuação geral. Quando observado a nota geral do ranking, o Estado avançou de 79,5 na edição 2020 para 80,7 na edição atual, enquanto o 1º colocado, SP, recuou de 86,4 para 84,9 pontos. Ainda observando o conjunto da federação, observa-se que entre 2015 e 2021, as únicas UFs que avançaram mais que SC nesse critério foram na ordem: AL (13º colocado), MT (7º) e DF (3º). Um resultado relevante, considerando-se o já avançado nível de desenvolvimento sócio-econômico de SC que figura com as melhores notas e classificações.

Dos 86 indicadores avaliados nessa edição, 22 tiveram melhora na classificação, 33 permaneceram na mesma posição e teve piora em 18 deles. Outros 13 foram introduzidos pela primeira vez na avaliação.

Quanto a nota atribuída a cada um desses indicadores, o Estado teve a melhor nota em 9 deles. Houve melhora em 29 e piora em 27 deles, sendo que para 17 foram atribuídas a mesma nota da edição anterior. Lembrando que 13 são novos.

E assim, através da observação de cada um desses indicadores é possível compreender a dinâmica de cada um e sondar as fragilidades e potencialidades de cada UF. Para tanto, faz-se necessário uma análise específica de cada um desses indicadores, sua evolução e seu contexto.

No caso da SEGURANÇA PÚBLICA, pilar de maior peso (13,5%) no ranking, considera-se como o serviço que melhor expressa o funcionamento das instituições do Estado, visto que a ordem e a proteção aos direitos individuais se mostram essenciais para o desenvolvimento.

SC lidera nesse pilar, seguida por SP e DF. Dos 9 indicadores do pilar, SC se destaca como o de maior Segurança Patrimonial (roubos por 100 mil habitantes) cuja colocação passou da 14ª colocação em 2020 para a 1ª em 2021. No indicador Segurança Pessoal (óbitos por 100 mil habitantes), o Estado manteve a 2ª colocação, mas houve melhora na nota atribuída ao indicador. Houve ainda melhora na colocação dos indicadores Atuação do Sistema de Justiça Criminal (de 11º para 7º posto); Morbidade no Trânsito (de 13º para 12º posto) e Qualidade da Informação de Criminalidade (de 13º para 11º posto). No entanto, houve piora nos indicadores Déficit Carcerário (de 1º para 7º posto); Mortalidade no Trânsito (de 18º para 19º posto) e Presos sem Condenação (de 5º para 6º posto). Nesse último, apesar de haver perda de posto, houve melhora na nota do indicador, assim como em Mortes a esclarecer, em que o estado permaneceu na 9ª posição.

No que se refere a INFRAESTRUTURA, considerou-se que sua crônica deficiência é um dos principais desafios para a melhoria da competitividade, juntamente com a deficiência na educação. Por conta de

sua importância decisiva para a competitividade, tem o segundo maior peso entre os 10 pilares (12,6%), sendo 10 os indicadores avaliados.

SC, que ocupava a segunda melhor posição nesse pilar na edição de 2020, perdeu um posto e voltou para a terceira colocação, por conta da piora relativa nos indicadores Custo do Saneamento Básico (passa de 16º para 18º) e Custo dos combustíveis (passa de 3º para 6º). Houve também piora na nota de alguns indicadores, como foi o caso da Acessibilidade dos Serviços de Telecomunicações (4º), Custo da Energia Elétrica (ainda que o Estado tenha avançado para a 2ª posição) e Disponibilidade de Voos Diretos (9º). Houve, no entanto, estabilidade ou melhora em outros como Acesso (4º) e Qualidade da Energia Elétrica (passa de 16º para 13º), Qualidade das Rodovias (15º) e Qualidade dos serviços de Comunicação (passa de 5º para 3º). O Estado manteve a 1ª posição no indicador Backhaul de Fibra Ótica. Devido aos pesos atribuídos a cada indicador e também ao desempenho deles nas demais UFs, os avanços obtidos não foram suficientes para contrabalançar as pioras de outros.

O pilar da SUSTENTABILIDADE SOCIAL foi construído a partir de uma visão multidimensional. É uma ferramenta para mensurar o grau de eficiência da atuação governamental para minimizar a vulnerabilidade do indivíduo em diferentes estágios da vida. A ideia subjacente ao pilar é superar abordagens que centram atenção apenas na dimensão da renda quando avaliam o bem-estar social. Nessa concepção, a qualidade de vida é compreendida como resultado de uma combinação de ações governamentais que permitem o acesso aos direitos fundamentais para o conjunto da população. Há um foco nos grupos socialmente mais vulneráveis e que não conseguem se incorporar na economia de mercado.

O pilar é considerado, em boa medida, uma síntese do princípio orientador do Ranking de Competitividade dos Estados como um todo. É dos de maior peso (12%), juntamente com os de infraestrutura e segurança pública. A sua conexão com a competitividade está no pressuposto de que um Estado

competitivo é aquele capaz de maximizar o bem-estar social de seus habitantes.

Assim sendo, o pilar é composto por 17 indicadores relacionados a saúde, pobreza, condições de moradia, saneamento básico e outros ligados à inserção econômica das famílias.

As UFs mais bem colocadas foram SC, DF e SP, nessa ordem. Em relação à edição passada, SC seguiu como o primeiro colocado, sendo que o DF passou da 3ª para 2ª posição, ocupando o lugar de SP.

SC, portanto, é o Estado onde estão os melhores indicadores Sociais do País. Tem a menor Desigualdade de Renda do País, a maior Taxa de Formalização do Mercado de Trabalho, a maior Inserção Econômica, inclusive de Jovens, a menor Mortalidade Infantil e a maior Cobertura Vacinal. O Estado ainda é o segundo colocado no Número de Famílias abaixo da Linha de Pobreza (perdeu o primeiro posto para o DF na edição de 2020); em Mortalidade Materna (DF ocupa o 1º posto) e em Desnutrição na Infância (RS ocupa o 1º posto). SC tem também o 3º maior IDH do País, a 3ª menor Obesidade na Infância. Ocupa a 4ª colocação em Mortalidade Precoce e a 5ª em Anos Potenciais de Vida Perdidos. As piores performances do Estado estão em Acesso ao Saneamento Básico Água (15º) e Esgoto (10º).

O pilar da SOLIDEZ FISCAL foi construído sob o pressuposto de ser condição fundamental para qualquer governo proporcionar crescimento sustentado de longo prazo, seja País, Estado ou município. Se as receitas governamentais ficam continuamente abaixo das suas despesas, o governo incorre em déficits, resultando no aumento de seu endividamento e, conseqüentemente, em baixa capacidade para investir na ampliação e manutenção dos serviços públicos. A baixa oferta e qualidade dos serviços públicos geram prejuízos econômicos e sociais aos seus cidadãos e o

governo perde credibilidade e confiança frente aos contribuintes, empresas e investidores nacionais e internacionais.

O pilar contempla nove indicadores e tem peso 11,7% no ranking geral. SC recuou 3 posições no Pilar em 2021 passando para 13ª no ranking. Houve avanços no indicador Capacidade de Investimento (de 14º posto para o 10º); Poupança Corrente (de 12º posto para o 10º) e Solvência Fiscal (de 23º posto para o 22º). Manteve-se estável em Autonomia Fiscal (7ª posição) e Índice de Liquidez (5º). Houve piora na classificação de Gasto com Pessoal (12º para 14º posto), ainda que tenha havido melhora na nota atribuída ao indicador; Regra de Ouro (11º para 15º); Resultado Primário (de 16º para 17º posto) e Sucesso do Planejamento Orçamentário (de 16º para 19º posto).

O pilar EDUCAÇÃO, por sua importância é um dos de maiores pesos do ranking (11,2%), sendo complementado ainda pelo pilar capital humano, com 8,2% do peso total. Enquanto o primeiro pilar avalia as condições atuais da educação, o segundo examina o nível educacional dos indivíduos que já estão no mercado de trabalho e seu impacto sobre a produtividade da economia.

As deficiências na educação do País estão entre os maiores desafios para a melhoria da competitividade nacional, minando tanto o potencial de desenvolvimento econômico quanto social.

SP, SC e MG seguem ocupando, nessa ordem, as primeiras posições nesse pilar, que é composto por 7 indicadores. Embora SC tenha permanecido como o segundo Estado melhor classificado, observa-se oscilação tanto de melhora como de piora em indicadores que o compõem. Os que avançaram entre 2020 e 2021 foram: Avaliação da Educação (SC avançou do 12º para o 1º posto) e Índice de Oportunidade na Educação (passa do 6º para o 4º posto). Esse último mede a qualidade das oportunidades educacionais oferecidas por municípios e estados. Houve piora na colocação e nota

atribuída ao indicador IDEB (passa de 2º posto para o 6º posto). Os demais referem-se ao ano de 2019, e por não terem sido atualizados, permaneceram estáveis: ENEM (4º), Taxa de Atendimento do Ensino Infantil (1º), Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio (6º) e Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental (10º).

No que se refere ao pilar SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, compreende-se que o padrão de desenvolvimento econômico de longo prazo pode estar duramente comprometido em função de restrições ambientais severas. Essas restrições vêm se tornando cada vez mais visíveis, transformando externalidades negativas até então pouco tangíveis em custos e prejuízos econômicos concretos no curto prazo. Nesse sentido, o Estado tem papel fundamental como indutor de um padrão ambientalmente sustentável de desenvolvimento.

SC passa a ocupar a 4ª colocação nesse pilar, avançando 4 posições em relação a 2020. O peso do pilar no ranking é de 8,4% sendo que são onze os indicadores avaliados. Além dos cinco indicadores previamente utilizados no Ranking 2020, o pilar ganhou seis indicadores a partir da edição de 2021. São eles: Coleta Seletiva de Lixo, Desmatamento, Reciclagem de Lixo, Recuperação de Áreas Degradadas, Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento e Velocidade do Desmatamento

Nesta edição, o PR ocupou o primeiro lugar em Sustentabilidade Ambiental, à frente de SP (2ª) e do DF (3ª). O Estado paranaense exibiu melhora relativa nos indicadores de Serviços Urbanos, Destinação do Lixo e Perda de Água, além de ocupar a 1ª posição nos novos indicadores de Reciclagem de Lixo e Coleta Seletiva de Lixo.

SC teve o segundo ano consecutivo de melhora na colocação do Estado, que vinha oscilando entre a 8ª e a 11ª colocação nesse pilar. Entre 2020 e 2021, houve avanço em quatro indicadores: Serviços Urbanos, que trata da oferta de serviços de manejo de resíduos sólidos executados (passa de 22º

para 14º); Tratamento de Esgoto (passa de 19º para 15º); Perda de Água (passa de 7º para 6º) e Emissões de CO2 (passa de 8º para 4º). O único indicador que teve recuo foi o da Destinação do Lixo (cuja pontuação é gerada a partir de dados municipais), em que o Estado passa do 2º para o 10º posto. Entre os novos indicadores do ranking, SC teve as melhores classificações na Coleta Seletiva do Lixo (2ª); Velocidade do Desmatamento (2ª) e Reciclagem de Lixo (3ª). As piores foram Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento (21ª) e Recuperação de Áreas Degradadas (22ª). No indicador Desmatamento, calculado pela razão entre a área total desmatada e a soma da área de unidades de conservação (federal e estadual) e de terras indígenas, SC ocupa a 10ª colocação.

No que se refere ao pilar CAPITAL HUMANO, pressupõe-se o baixo nível de qualificação da mão de obra como um dos principais gargalos ao desenvolvimento econômico e social do País. Embora o pilar não esteja entre os de maior peso (8,2%), isso se justifica em função da sua complementariedade com a educação.

SC recuou 10 posições nesse pilar passando da quinta para a décima quinta colocação no computo geral. O Estado já ocupou posições melhores em anos anteriores, registrando avanços e retrocessos nesse período quando observamos os indicadores que o compõem. Em 2021 a alteração metodologia no indicador Produtividade do Trabalho explica em parte a perda de postos do Estado que passou da quarta para a sétima colocação. Também houve perda de nota e colocação no indicador do Custo de Mão de Obra. Vale destacar que o Custo da Mão de Obra no Estado é uma das mais altas do País (23º posto), sendo que a Qualificação dos Trabalhadores manteve a 5ª melhor posição do País, ainda que com piora na nota. O Indicador PEA com Ensino Superior manteve a colocação com leve melhora na nota atribuída.

A discussão expressa no pilar da EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA está também no centro das motivações da construção do Ranking, uma vez que

motiva a criação de mecanismos de incentivos para a construção de um bom governo. A profissionalização e o desenvolvimento de canais institucionais para reforçar a meritocracia no interior da administração pública são considerados não apenas como centrais na competitividade, mas instrumentos fundamentais no debate sobre a qualidade da democracia.

Sob a ótica da competitividade, a importância do pilar se refere ao tratamento dos custos de transação. A ineficiência da burocracia pública diminui a produtividade da economia ao minar a construção de um ambiente de negócios. A atividade econômica depende de um ambiente positivo ao investimento e a inovação. Quando as instituições governamentais reduzem o custo da transação econômica, a energia dos agentes econômicos se volta para tarefas que reforçam o dinamismo da economia.

Neste pilar, com peso de 8,1%, foram agregados os indicadores Prêmio Salarial Público-Privado (uma análise a partir do diferencial de salários público e privado); Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual (diferença percentual do salário médio entre homem e mulher na administração pública estadual) e Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual (distância entre a participação da mulher em cargos da administração pública estadual, desconsiderando saúde e educação, em relação ao cenário de equilíbrio). O pilar passou assim a avaliar 11 indicadores.

Santa Catarina passou da primeira para a segunda colocação no computo geral, mantendo-se bem posicionada quando comparado com os períodos anteriores a 2019. O Estado está mais bem classificado na Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (passou da 10º para a 2ª). Houve também melhora expressiva no indicador Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário (passou da 20ª para a 8ª), com melhora significativa na nota atribuída ao indicador. O Custo do Legislativo em

Relação ao PIB também avançou (da 5ª para 4ª). Houve piora relativa na colocação do Índice de Transparência (de 4º para 15º) e na Oferta de Serviços Digitais (de 1º para 5º posto). Os demais indicadores permaneceram estáveis ou entraram no ranking pela primeira vez.

No pilar TAMANHO DO MERCADO foi considerado o tamanho do PIB de cada Estado, a dinâmica de crescimento do PIB nos últimos anos e o crescimento potencial da força de trabalho.

Naturalmente, o tamanho da economia é uma das variáveis levadas em consideração na decisão de destinação de investimentos das empresas, favorecendo a competitividade das maiores UFs. Ao mesmo tempo, Estados com economias mais dinâmicas também abrem mais oportunidades de investimento, gerando um ciclo virtuoso de competitividade e desenvolvimento econômico. O ritmo de crescimento da população em idade de trabalho, por sua vez, constitui um dos principais determinantes do crescimento potencial de longo prazo.

Ressalta-se que o indicador tamanho de mercado sofre um redutor em seu peso dentro do pilar em razão do critério de ponderação denominado de 'dispersão', evitando assim que os maiores Estados do País em termos de PIB adquiram uma vantagem excessiva no Ranking como um todo, por conta de um único indicador. Além disso, o pilar possui peso relativamente pequeno (7,5%). Desse modo, o grande desequilíbrio entre as UFs em termos de tamanho de PIB acaba tendo um impacto limitado no pilar e, principalmente, no ranking geral.

Nesse indicador o Estado teve recuos, passando de 5º para o 7º posto. O principal indicador que influenciou foi a taxa de crescimento da economia que posicionou SC em 6º lugar, ante a 3ª posição no ano anterior.

Por último, o pilar INOVAÇÃO envolve aspectos relacionados a introdução de novas técnicas e métodos que transformam positivamente os processos

existentes no interior das empresas, organizações e da sociedade em geral. A inovação é avaliada como peça-chave para o crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo, pois ela promove ganhos de produtividade que permitem às pessoas e organizações produzirem mais, novos e melhores produtos e serviços a custos menores para um dado nível de insumos (fatores) produtivos.

O pilar Inovação tem peso 6,9% e contempla cinco indicadores que refletem a importância dos setores privado e público e das universidades como promotores da inovação. SC ocupa a 3ª posição no ranking, a mesma dos últimos seis anos e é apenas superada por SP (2ª) e RS (1ª).

SC ocupa o segundo lugar no indicador Depósito de Patentes no qual manteve a classificação da edição anterior, ainda que com leve recuo da nota. Em Empreendimentos Inovadores, SC perdeu duas posições, mas ocupa o terceiro lugar. Esse indicador mede o número de Aceleradoras, Incubadoras, Parques Tecnológicos e Parques Científicos associados à Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) e revela o potencial do Estado em promover a Ciência, Tecnologia e Inovação, diante da atual transição à revolução digital. No indicador Investimentos em P&D e em Bolsas de Mestrado e Doutorado, o Estado teve mais um avanço, com melhora tanto na nota como na colocação. A pior classificação nesse pilar está na Pesquisa Científica, mas houve melhora expressiva na colocação que avançou sete postos, passando para a 14ª colocação.

Como pode-se observar, o Ranking de Competitividade permite uma análise profunda e abrangente dos Estados Brasileiros, sendo uma excelente ferramenta de controle e acompanhamento da gestão pública. Permite identificar de forma simples, as áreas que precisam de melhorias e na definição de prioridades dos governos estaduais, estimulando a elevação do padrão de competitividade.

Desse modo, os rankings têm potencial para operar como um poderoso sistema de incentivo aos agentes públicos, assim como um mecanismo de prestação de contas e de promoção das melhores práticas na gestão pública.

Em suma, os sistemas de rankings possuem grande potencial para alavancar a eficácia e a eficiência das políticas públicas, fornecendo um mapeamento dos fatores de competitividade e de fragilidade das políticas públicas em cada Estado, aqui clara e sistematicamente evidenciados pelo CLP.

Apesar de SC ter avançado 5 posições desde a primeira edição do Ranking, em 2011, e se consolidar como uma liderança competitiva, tanto os agentes públicos como a sociedade em geral, se deparam com muitos desafios a serem enfrentados. São vários os indicadores em que SC ou não está bem colocada ou perdeu pontuação no indicador.

São exemplos indicadores da infraestrutura, do trânsito, do saneamento básico, do manejo de resíduos sólidos, da destinação do lixo, do combate ao desmatamento, do desempenho dos poderes e da transparência, entre outros, apenas para citar segmentos em que o Estado tem muito espaço para avançar.




















O padrão de competitividade vem se mostrando cada vez mais dinâmico, não somente entre os estados brasileiros, mas especialmente no cenário internacional. Ainda mais, considerando-se que nos deparamos com uma provável maior abertura econômica bem como com a perspectiva de grandes desafios climáticos nos próximos anos.

Cabe alinhar ações e enfrentar tais desafios, sob pena de perdermos o protagonismo que tanto nos orgulha.

Maiores detalhes da metodologia da Edição 2021 do Ranking da Competitividade dos Estados, bem como a evolução da nota e da classificação em cada um dos pilares e indicadores de Santa Catarina, nesse relevante estudo desenvolvido pelo Centro de Liderança Pública, poderá ser acessado na página da SDE.

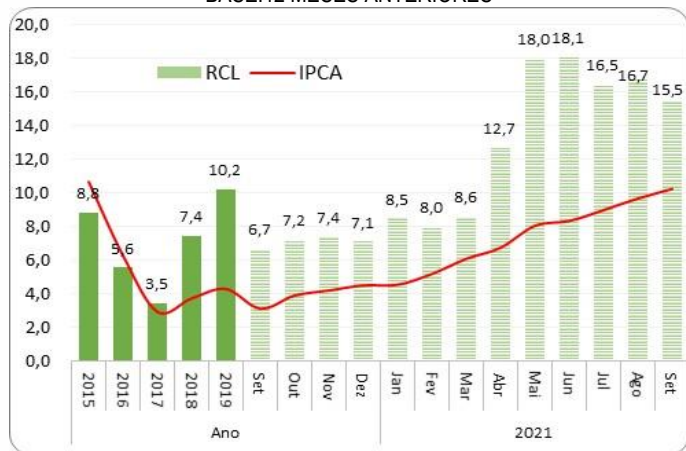
Economista Paulo Zoldan

1 QUADRO RESUMO

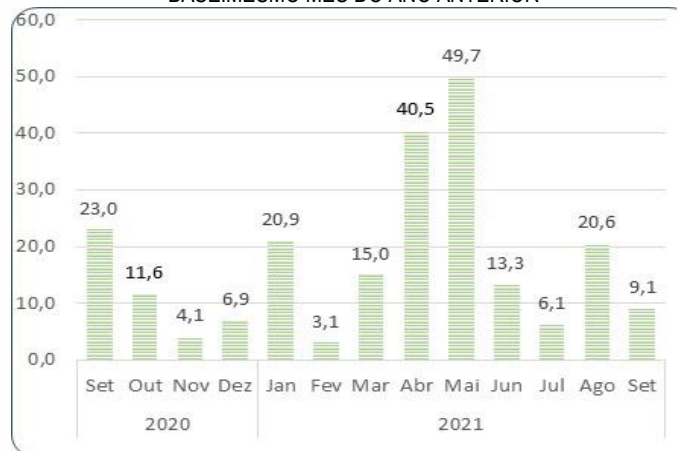
INDICADORES	Mês de Referência 2021	Variação(%) acumulada em 12 meses (Base: 12 meses anteriores)				Mês/Mês Anterior (%)	Variação em relação ao mesmo período do ano anterior (%)		
							Mês	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Receita Corrente Líquida - RCL	Setembro			 15,5		-6,5	9,1	18,2	15,5
Receita Tributária - RT	Setembro			 22,9		-9,6	22,9	27,5	22,9
ICMS	Setembro			 24,4		-8,7	25,8	29,8	24,4
Receita Líquida Disponível - RLD	Setembro			 23,4		-9,5	25,8	28,3	23,4
PIB 2021 - Estimativa SDE (últimos 12 meses)	Junho			 9,1					9,1
Empregos com Carteira Assinada	Setembro			 10,7		0,8		8,2	10,7
Produção Industrial - Indústria de Transformação	Agosto			 16,9		1,9	5,8	20,5	16,9
Exportações	Setembro			 14,3		13,6	46,4	21,1	14,3
Importações	Setembro			 54,8		8,1	54,3	67,8	54,8
Volume de Vendas do Comércio Varejista Ampliado	Agosto			 11,6		-6,5	6,1	13,6	11,6
Receita das Vendas do Comércio Varejista Ampliado	Agosto			 24,3		-4,8	24,1	29,1	24,3
Volume de Serviços	Agosto			 12,4		0,4	17,2	17,2	12,4
Volume das Atividades Turísticas	Agosto	-3,8				-1,6	51,8	14,5	-3,8
Venda de Veículos Novos	Setembro	-4,7				-7,4	-30,4	0,9	-4,7
Consumo Aparente de Cimento	Fevereiro			 8,7		12,4	15,4	7,6	8,7
Vendas de Óleo Diesel	Maio			 8,4		-6,0	19,0	16,5	8,4
Consumo de Energia Elétrica	Junho			 6,6		-1,7	19,5	9,5	6,6
Inflação (IPCA/Brasil)	Setembro			 10,3		1,16		6,90	10,25
Câmbio (Real x Dólar Americano)	30/set			 5,9		3,7	-2,2	3,3	5,9

2. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (1)

TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA EM 12 MESES (%)
BASE: 12 MESES ANTERIORES



VARIAÇÃO MENSAL (%)
BASE: MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR



CRESCIMENTO DA RCL POR TIPO DE RECEITA - SETEMBRO (%)

VAR. ACUMULADA 12 MESES

VAR. ACUMULADA NO ANO

Base: igual período anterior

Base: mesmo período do ano anterior

Item	Var. Acumulada 12 Meses (%)	Var. Acumulada no Ano (%)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	15,5	18,2
RECEITAS CORRENTES 1 (I)	17,3	20,6
Receita Tributária (RT)	22,9	27,5
ICMS	24,4	29,8
IPVA	10,8	10,5
ITCMD	80,8	101,2
IRRF	7,9	8,2
Outras Receitas Tributárias	20,6	23,8
Transferências Correntes	0,8	-1,4
Outras Receitas Correntes	0,5	6,9
DEDUÇÕES (II)	21,5	25,9

Fonte: SEF-SC/DCOG - Sigef

- (1) A RCL é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidas as parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional e a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no parágrafo 9º do Art. 201 da Constituição.

A Receita Corrente Líquida em setembro totalizou R\$ 2,791 bilhões, 6,5% menor na comparação com agosto. Foi a primeira retração após seis meses de crescimento consecutivo. Quando comparado com o mesmo mês de 2020, a variação foi 9,1% maior.

No acumulado do ano, a RCL é 18,2% maior que a do mesmo período de 2020 e nos últimos doze meses cresceu 15,5%, respectivo aos mesmos períodos anteriores. Em ambas as comparações houve desaceleração do crescimento em relação a agosto. Enquanto a inflação nesse período de doze meses acelerou para 10,25%.

O crescimento das Receitas Correntes nesses últimos 12 meses, de 17,3%, (na comparação com o mesmo período anterior), ocorreu como resultado do aumento de 22,9% da RT, de 0,8% nas Transferências Correntes e de 0,5% das Outras Receitas Correntes. A retração das transferências correntes em boa parte explica essa desaceleração, já que as receitas tributárias seguem crescendo nesse comparativo.

Nesses últimos 12 meses, a RT respondeu por 78,4% das Receitas Correntes, enquanto as Transferências Correntes, por 16,1%. As Outras Receitas Correntes responderam por 5,4% do total.

Após o impacto inicial da pandemia no primeiro semestre de 2020, a RCL voltou a crescer impulsionada pelas RT e pelas transferências correntes, que se mantiveram em alta ao longo do segundo semestre. Em 2021, até julho, a receita tributária manteve crescimento robusto (+26%) compensando a desaceleração das transferências correntes (+7,4%).

3.RECEITA TRIBUTÁRIA (RT)

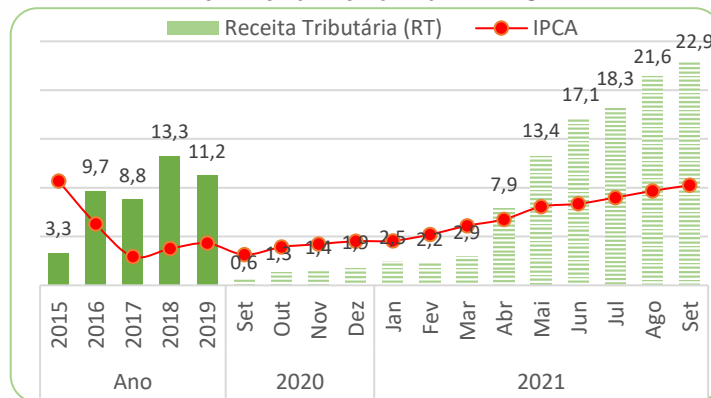
RECEITA TRIBUTÁRIA (1)

DEMONSTRATIVO RESUMIDO DA RECEITA TRIBUTÁRIA

Receita Tributária, 2021 (em R\$ milhões)		
	Setembro	acum. 12 meses
Receita Tributária	3.237,61	35.433,54
ICMS	2.681,00	29.035,41
IPVA	199,32	2.304,39
ITCMD	54,78	622,63
IRRF	162,84	1.850,09
Outras	139,68	1.621,02

TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA EM 12 MESES (%)

BASE: MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR



A RT retraiu 9,6% em setembro, após três altas consecutivas. O valor atingiu R\$ 3,237 bilhões. Do total arrecadado, 82,8% correspondeu a arrecadação com o ICMS. O IPVA representou 6,2%, o ITCMD, 1,7%, o IRRF, 5% e as outras receitas tributárias, 4,3%.

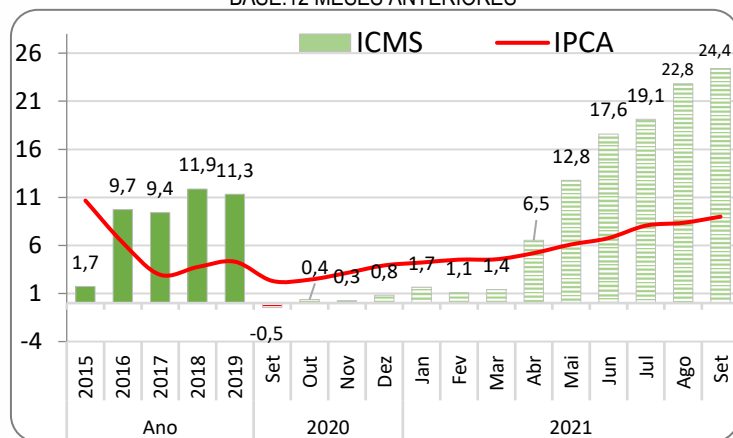
Quando comparado com setembro de 2020, a RT teve mais um crescimento expressivo, de 23%, mas dá sinais de desaceleração na mesma comparação em meses anteriores. No ano cresceu 27,5% e nos últimos doze meses, 22,9%.

Ressalta-se que esse crescimento vem ocorrendo sob uma base fraca, já que no primeiro semestre do ano passado a arrecadação retraiu em meio as restrições econômicas impostas pela pandemia.

ICMS

TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA EM 12 MESES (%)

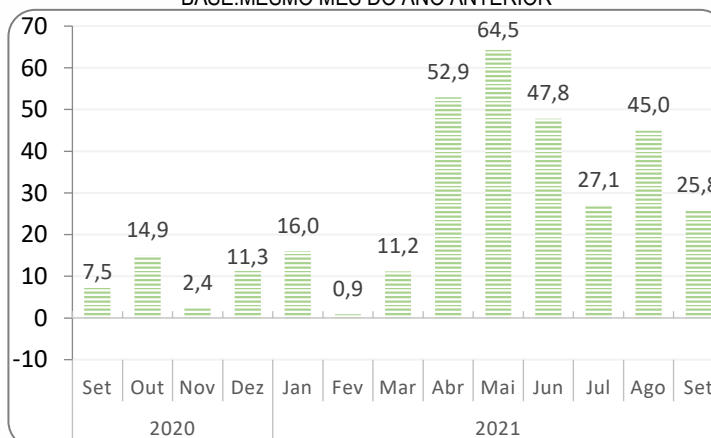
BASE: 12 MESES ANTERIORES



ICMS

TAXA DE CRESCIMENTO DO MÊS (%)

BASE: MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR



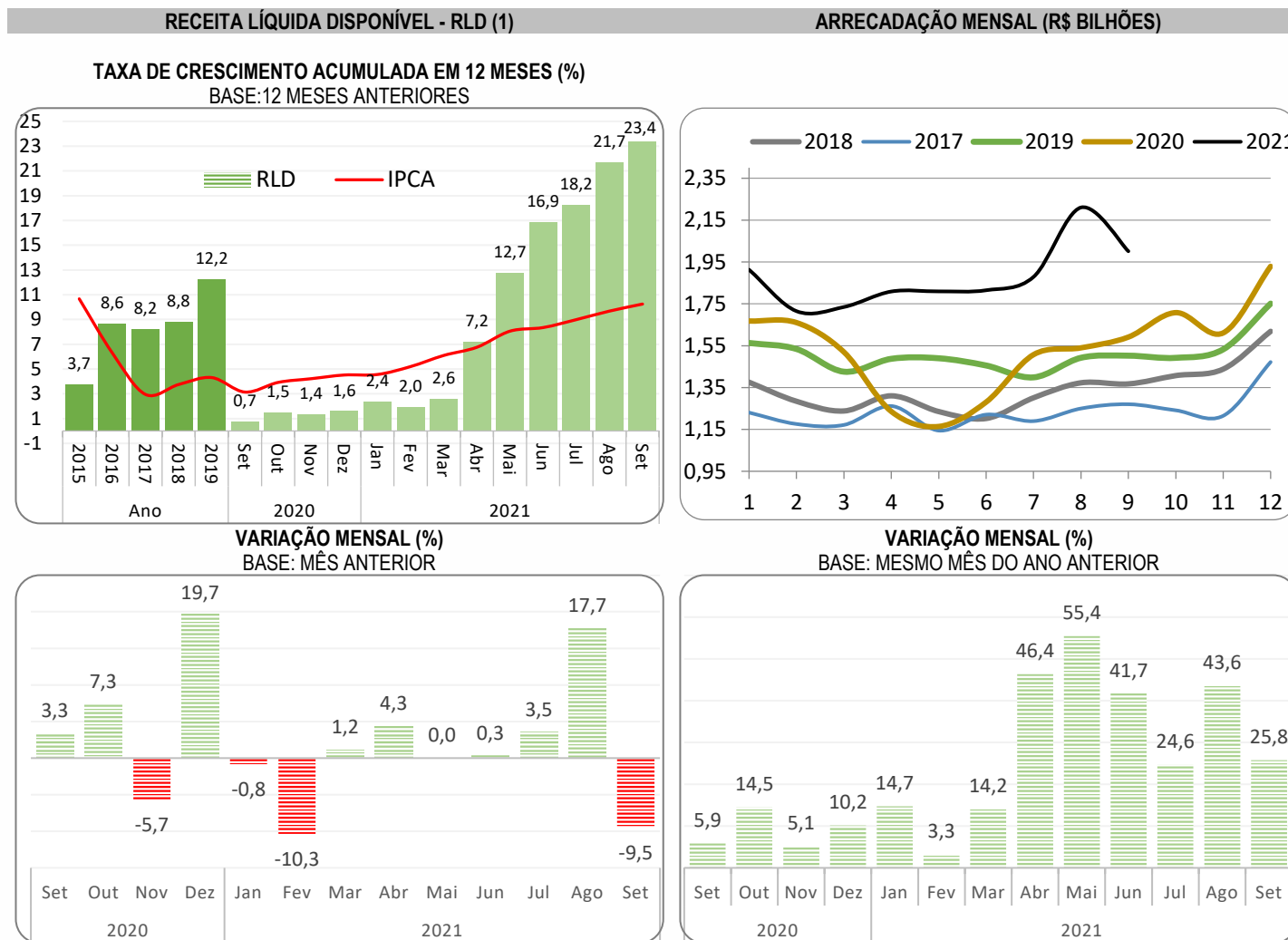
Nos últimos 12 meses até setembro, a RT cresceu 22,9% diante de uma variação de 10,25% do IPCA no mesmo período.

Além do efeito inflacionário e da retomada da economia estadual, o crescimento das RT deve-se a intensificação dos esforços de arrecadação. Houve modernização dos sistemas de fiscalização e arrecadação bem como ampliação dos quadros funcionais. Segundo o Sindifisco, a fiscalização tanto presencial quanto de auditoria, se manteve em ritmo intenso, com atuação destacada em setores como combustíveis e lubrificantes e de bebidas. Também houve retirada de diversos produtos da Substituição Tributária e revisão de benefícios fiscais.

Fonte: SEF-SC/DCOG – Sigef

(1) A receita tributária é formada por impostos estaduais (ICMS, IRRF, IPVA, ITCMD), taxas e contribuições de melhorias.

4. RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL (RLD)



Fonte: SEF-SC/DCOG – Sigef

(1) A RLD é a diferença entre as receitas correntes deduzidos os recursos vinculados provenientes de taxas que, por legislação específica, devem ser alocadas a determinados órgãos ou entidades, de receitas patrimoniais, indenizações e restituições do Tesouro do Estado, de transferências voluntárias ou doações recebidas, da compensação previdenciária entre o regime geral e o regime próprio dos servidores, da cota-parte do Salário-Educação, da cota-parte da CIDE, da cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos e dos recursos recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

RLD CRESCE 28,3% EM 2021

Após seis meses de alta, a RLD retraiu 9,5% em setembro, na comparação com agosto.

Em relação a setembro de 2020, a RLD cresceu 25,8%, sendo o décimo quinto mês consecutivo de alta nesse mesmo tipo de comparação. Apesar de representar uma alta expressiva, o crescimento vem perdendo fôlego em relação aos meses anteriores, nessa mesma comparação.

No ano, a RLD acumula alta de 28,3%, na comparação com o mesmo período de 2020. Vale ressaltar que o crescimento se deu sob uma base baixa de comparação, já que no segundo trimestre de 2020 houve queda expressiva na arrecadação dessa receita.

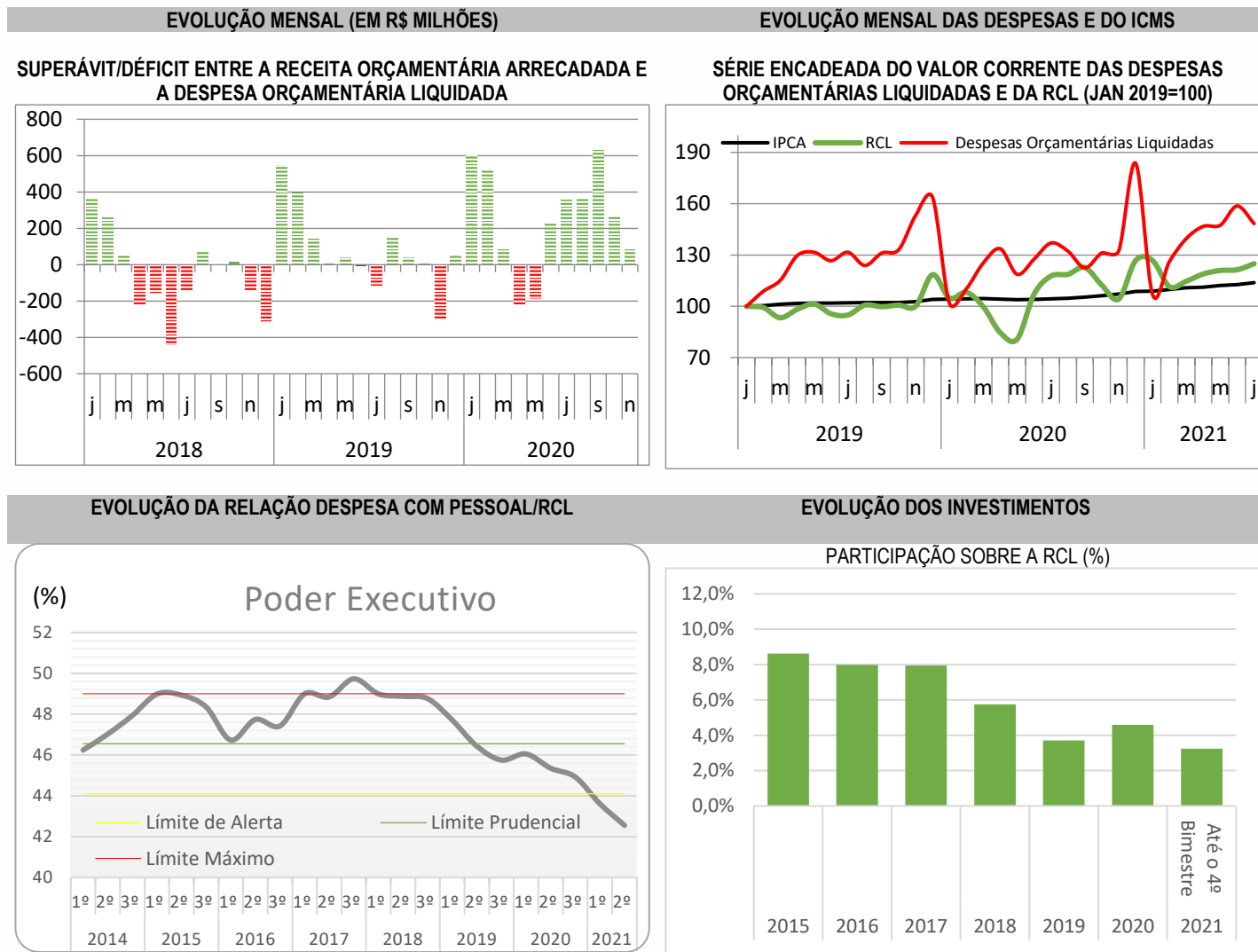
O crescimento da RLD desacelerou em 2020 devido ao impacto da pandemia sob a atividade econômica. Desde outubro passado passou por uma recuperação mais consistente que se intensificou ao longo de 2021. Em setembro teve a primeira queda depois de seis meses de crescimento.

A RLD está crescendo acima da variação da inflação desde abril, situação que não ocorria desde junho de 2020.

Nos últimos 12 meses, a RLD cresceu 23,4%, sendo que a inflação nesse período teve alta de 10,25%.

A diferença entre a Receita Orçamentária Arrecadada e a Despesa Orçamentária Liquidada mostra déficits em 6 meses de 2018. Em 2019, apenas três foram deficitários. Entre 2018 e 2019, essa relação passou de um déficit de R\$ 671 milhões para um superávit de R\$ 941 milhões. Em 2020, até novembro, o superávit foi R\$ 2,7 bilhões.

5. OUTROS INDICADORES FISCAIS DE SANTA CATARINA



RCL X DESPESAS

A evolução da Receita Corrente Líquida do Governo Estadual e das Despesas Orçamentárias Liquidadas, no período de 2019 até julho de 2021, demonstra um crescimento dessas despesas acima da evolução RCL.

DESPESAS COM PESSOAL

A LRF estabelece limite máximo de 49% da RCL para gastos com pessoal no Poder Executivo. Em SC a variável vinha evoluindo próximo a esse limite desde 2017, apresentando ligeira queda em 2018 e outra mais acentuada ao longo de 2019 e 2020. Essa relação continuou caindo e fechou o segundo quadrimestre de 2021 em 42,55%, sendo o primeiro ano que essa relação se posicionou (e se manteve) abaixo do limite de alerta.

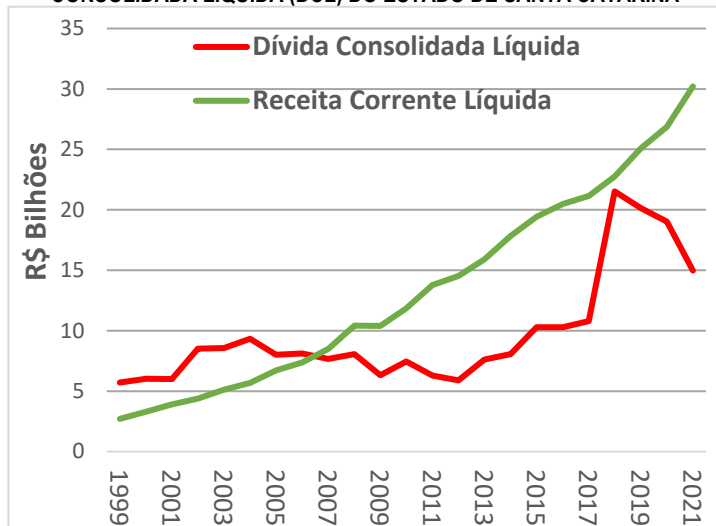
INVESTIMENTOS

A capacidade de investimentos dos Estados está cada vez mais limitada. Em 2019 foram investidos R\$ 916,1 milhões, ou 3,7% da RCL do ano. Em 2020, os investimentos atingiram R\$ 1,2 bilhões ou 4,6% da RCL do ano. Em 2021, até o quarto bimestre, o valor investido foi R\$ 664,9 milhões, 3,2% da RCL do ano.

Fontes: SEF-DIOR; SEF-DICF/RREO

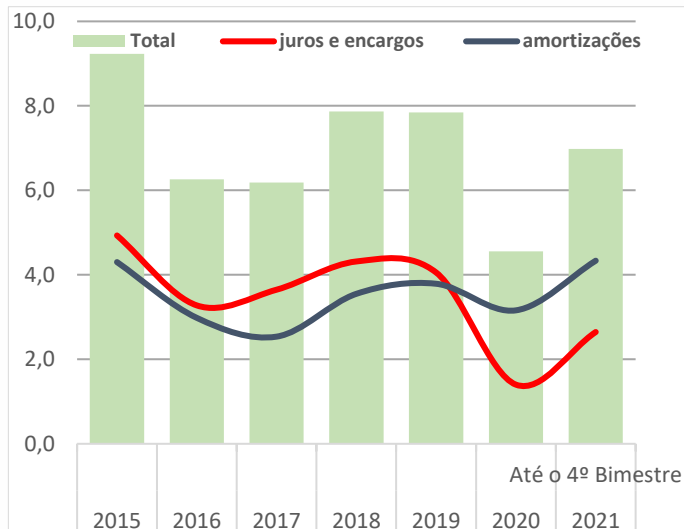
6. INDICADORES DA DÍVIDA E DO RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO

EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA E DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) DO ESTADO DE SANTA CATARINA



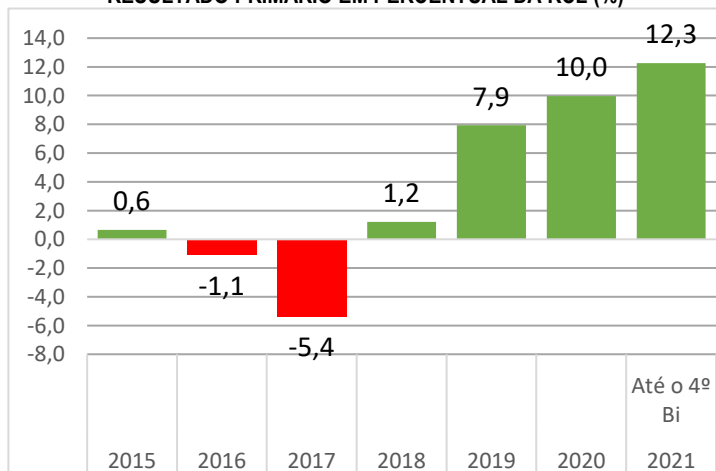
Fonte: SEF-DICF/RREO

SERVIÇO DA DÍVIDA EM % DA RCL



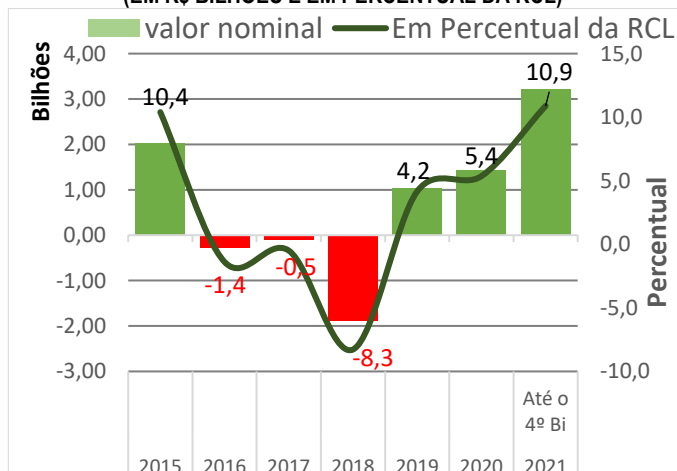
Fonte: SEF-DICF/RREO

RESULTADO PRIMÁRIO EM PERCENTUAL DA RCL (%)



Fonte: SEF-DICF/RREO

RESULTADO NOMINAL (EM R\$ BILHÕES E EM PERCENTUAL DA RCL)



RECEITA X DÍVIDA

Para verificar o limite máximo de endividamento, a Lei de Responsabilidade Fiscal observa a relação DCL/RCL. O limite é de 200% da Receita Corrente Líquida (RCL). Mudanças metodológicas reposicionaram essa relação que em SC ficou em 94,5% da RCL em 2018. Em 2019 essa relação caiu para 80,3% e em 2020, para 70,8%. Essa tendência de queda seguiu até o 4º bimestre de 2021, quando a dívida (DCL) caiu para R\$ 14,9 bilhões, ou 49,6% da RCL.

SERVIÇO DA DÍVIDA

O gráfico apresenta a evolução do serviço da dívida estadual (juros e encargos + amortizações) em proporção da RCL. Em 2019, 7,8% da RCL do Estado foi alocada no serviço da dívida. Em 2020, essa proporção caiu para 4,6% e no 4º bimestre de 2021 estava em 7%.

RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo-se as receitas e despesas com juros. Em 2019, SC teve um superávit primário de R\$ 1,9 bilhões ou 7,9% da RCL. Em 2020, o superávit foi R\$ 2,680 bilhões ou 10% da RCL do ano, acima, portanto, da meta fiscal da LDO para o exercício de R\$ 1,675 bilhões. No 4º bimestre de 2021, o resultado correspondeu a 12,3% da RCL ou R\$ 3,621 bilhões.

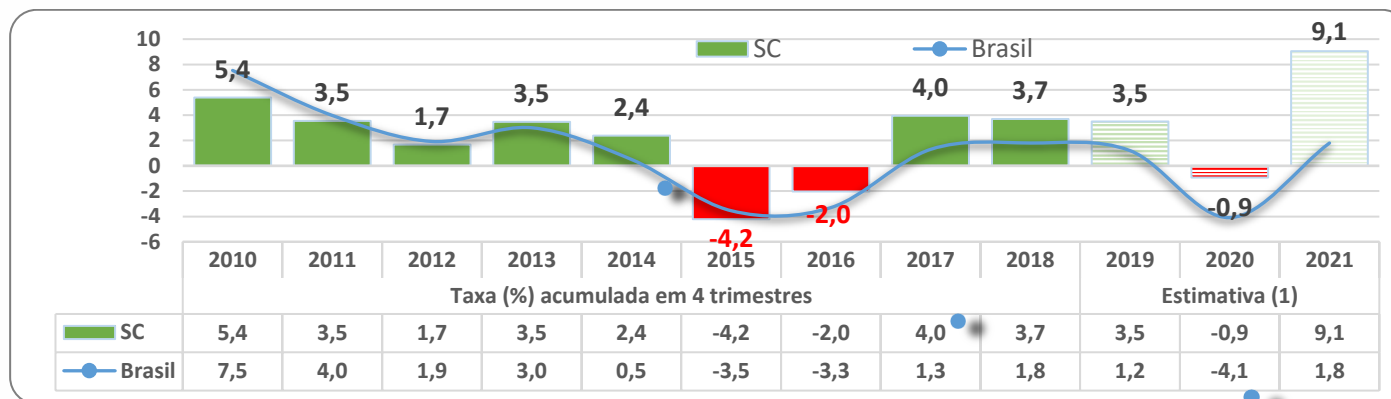
RESULTADO NOMINAL

É a diferença entre o fluxo agregado de receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e de despesas totais (inclusive com juros). Entre 2016 e 2018, SC teve resultado deficitário. Em 2019, foi alcançado um superávit de 4,2% da RCL, equivalente a R\$ 1,043 bilhões. Em 2020, o superávit subiu para R\$ 1,440 bilhões, ou 5,4% da RCL e até o 4º bimestre de 2021, avançou para R\$ 3,216 bilhões, ou 10,9% da RCL.

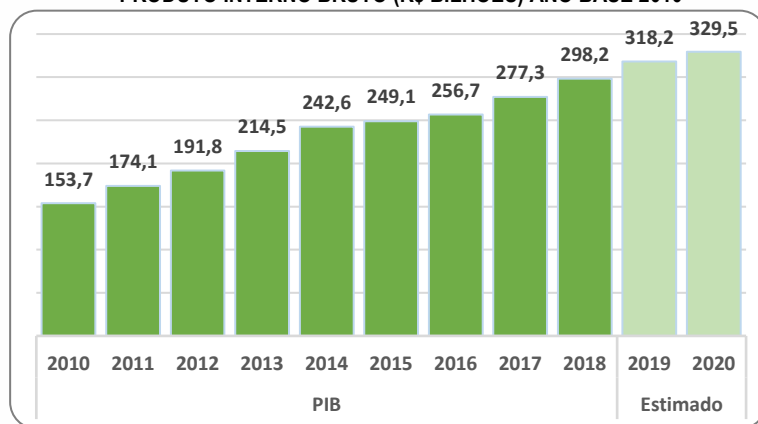
7. NÍVEL DA ATIVIDADE DA ECONOMIA CATARINENSE

7.1 PRODUTO INTERNO BRUTO E VALOR ADICIONADO BRUTO POR SETOR

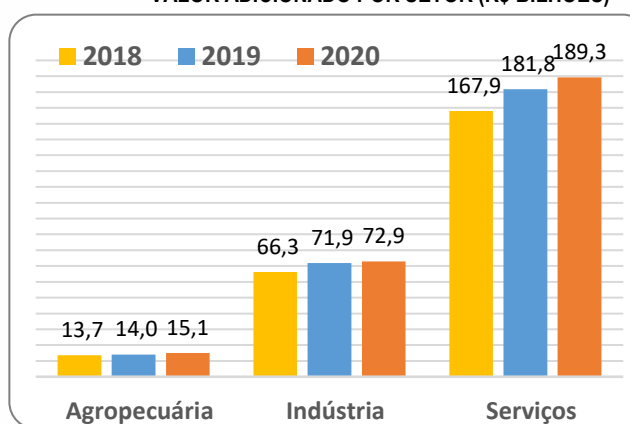
TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB (%)



PRODUTO INTERNO BRUTO (R\$ BILHÕES) ANO BASE 2010



VALOR ADICIONADO POR SETOR (R\$ BILHÕES)



1) Fonte: PIB 2010-2019: IBGE e SDE/SC: Contas Nacionais e Contas Regionais; PIB Brasil 2020 a 2021: IBGE/ PIB Trimestral Nacional; PIB Estadual 2019 a 2021: SDE/SC/Diec/ (estimativa SDE do Índice da Atividade Econômica de Santa Catarina).

A estimativa do PIB catarinense, calculada pela SDE, passou de uma retração de 0,9% em 2020 para um crescimento de 9,1% nos 12 meses encerrados em junho de 2021, na comparação com o mesmo período anterior.

Segundo o IBGE, o PIB brasileiro passou de uma retração de 4,1% em 2020 para um crescimento de 1,8% em 12 meses até junho, na comparação com o mesmo período anterior.

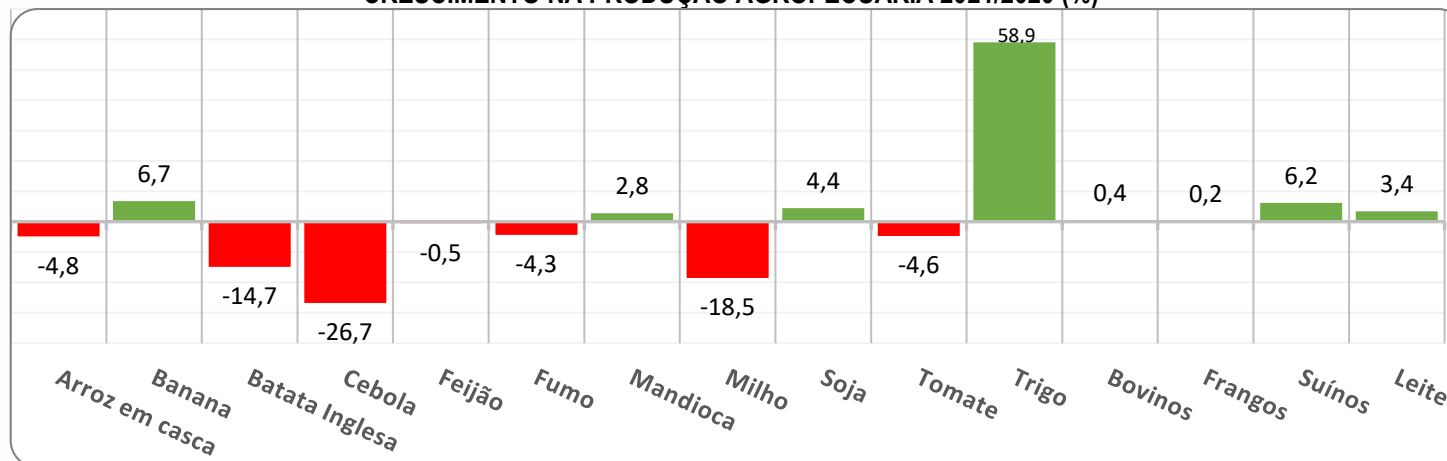
O cenário de forte crescimento é em parte explicado por ocorrer sob uma base muito fraca, já que no primeiro semestre de 2020 houve forte queda na produção, especialmente nos serviços e na indústria, setores de grande peso no PIB. Mas deve-se também, ao desempenho da economia estadual que figura como as de maior crescimento no País, com forte retomada no setor de serviços e na indústria, em muitos casos superando a produção pré-pandemia.

A geração de empregos formais cresceu 11,4% nesse período, sendo o Estado o terceiro maior em contratações.

No período, a agropecuária catarinense retraiu 0,6%, influenciada pela queda da produção agrícola de 4%, já que a pecuária cresceu 3,4%. A indústria total cresceu 13,7%, sendo que a indústria de transformação cresceu 16,2%. A construção civil cresceu 8,6%. Nos serviços, além do desempenho do comércio (+10,7%), o destaque foi o dos serviços prestados às empresas que cresceu 27,8%. Os serviços prestados às famílias, teve queda (-14,6%), mas não o suficiente para influenciar o resultado positivo do setor que cresceu 8%.

7.2. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - PRODUÇÃO E PREÇOS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

CRESCIMENTO NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA 2021/2020 (%)

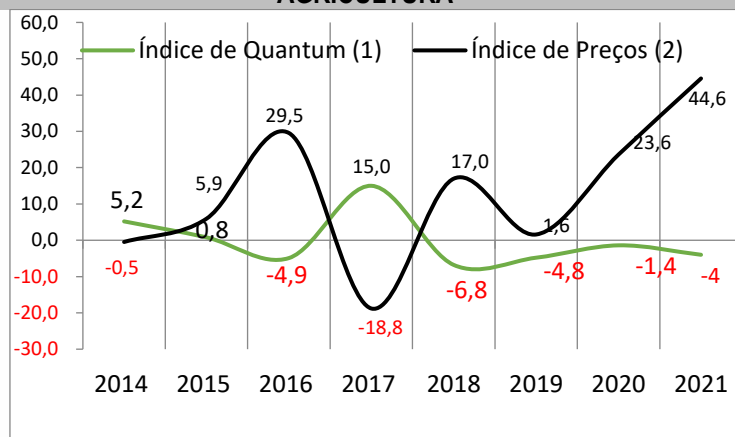


PREÇOS COMPENSAM QUEDA NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

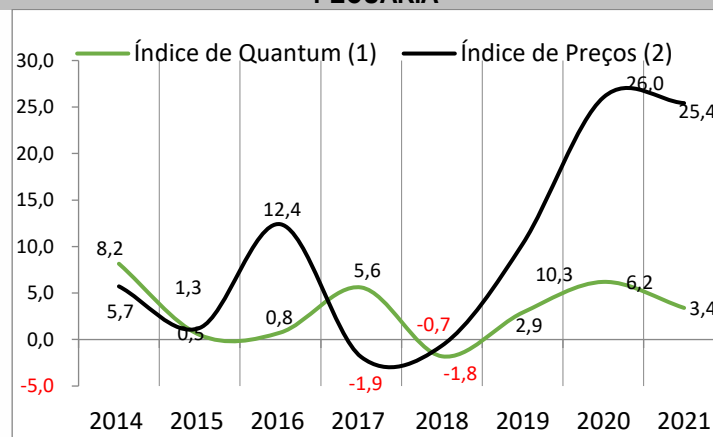
A agricultura catarinense teve mais uma safra com redução da produção de seus principais produtos. Os problemas climáticos recorrentes com períodos longos de estiagens e eventos climáticos extremos têm sido responsáveis pela queda de produtividade dessas lavouras. Entre elas, destacou-se a queda na produção de milho, arroz, fumo, cebola e batata inglesa.

A produção pecuária teve crescimento, mas vem perdendo fôlego. Apesar da demanda externa estimular a produção, o mercado interno tem sido desestimulado pelo aumento dos preços das carnes.

AGRICULTURA



PECUÁRIA



QUANTUM E PREÇOS

Entre 2020 e o primeiro semestre de 2021, o Índice de quantum agrícola estadual retraiu 4%. Já o quantum da pecuária cresceu 3,4%, na comparação com 2020.

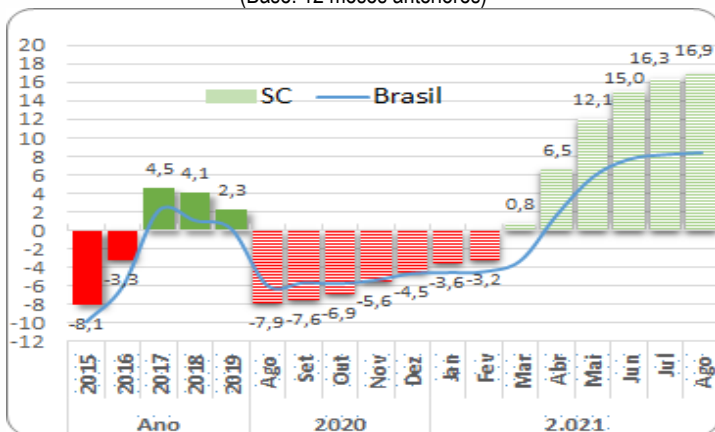
A generalizada e expressiva alta nos preços dos grãos, das oleaginosas e das hortaliças foram responsáveis por mais uma alta do índice de preços da agricultura, de 44,6%, no primeiro semestre de 2021, na comparação com as médias de 2020. Na pecuária, com a continuidade da forte demanda externa, houve também generalizada elevação dos preços. O índice dos preços da pecuária cresceu 25,4% no mesmo período.

Fonte: EPAGRI/Cepa (Acompanhamento de Safras e preços médios mensais recebidos pelos agricultores de SC; IBGE/PAM, LSPA de Agosto de 2021 e Pesquisa Trimestral do Leite (2020/2019); MAPA/SIPAS e DFA (a produção da pecuária se refere a variação do 1º semestre de 2021 em relação a 2020 dos quantitativos de abates) e o índice de preços foi calculado sob as médias de preços do 1º semestre de 2021 em relação a 2020.

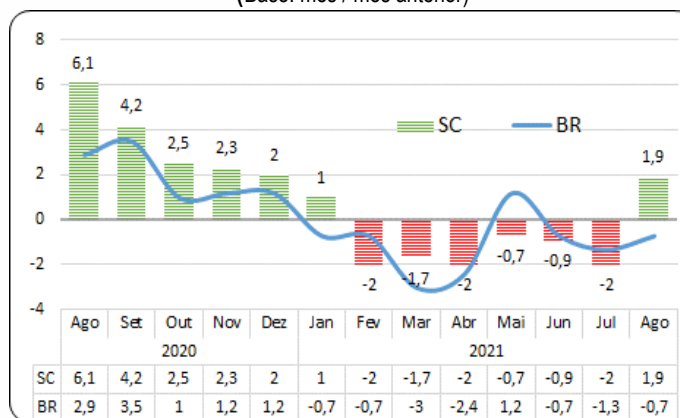
7.3. PRODUÇÃO INDUSTRIAL FÍSICA

TAXA DE CRESCIMENTO

ACUMULADA EM 12 MESES (%)
(Base: 12 meses anteriores)



VARIÇÃO MENSAL (%)
(Base: mês / mês anterior)



Fonte: IBGE/PIM

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO POR SUBSETOR

SUBSETOR	Variação (%) mensal - Agosto (Base: igual mês do ano anterior)		Variação (%) acum. no ano (Base: igual período do ano anterior)	
	BR	SC	BR	SC
Indústria de Transformação - BR	-0,5		10,4	
Indústria de Transformação - SC		5,8		20,5
Produtos alimentícios	-6,1		-11,6	
Produtos têxteis		6,1		31,1
Artigos do vestuário e acessórios		8,9		34
Produtos de madeira		17		14,3
Celulose, papel e produtos de papel		16,6		18,5
Produtos de borracha e de material plástico	-1			18,9
Produtos de minerais não-metálicos	-1,2			15,7
Metalurgia		48,4		69,8
Produtos de metal, exceto máq. e equip.	-4,2		10,6	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-12,8		21,5	
Máquinas e equipamentos		6,3		45,4
Veículos automotores, reboques e carrocerias		32		54,8

Fonte: IBGE/PIM

INDÚSTRIA CATARINENSE SUPERA EM 4,9% PATAMAR PRÉ-PANDEMIA

Depois de seis meses em queda, a indústria de transformação de SC cresceu 1,9% em agosto, frente a julho.

Apesar do desempenho fraco dos últimos meses, a produção física acumula alta de 20,5% no ano, quando comparado com 2020, o dobro do desempenho nacional (10,4%). Esse crescimento ocorreu sob uma base fraca, já que a indústria retraiu 15,1% no primeiro semestre de 2020, devido às restrições da pandemia, que tiveram seu auge em março e abril. Depois cresceu por nove meses seguidos e desde fevereiro, a produção vinha se acomodando. Somente em agosto voltou a crescer.

Apesar dos reveses ocasionados pela pandemia, que agora incluem a elevação dos preços de energia e de commodities e a falta de insumos e componentes, a indústria catarinense se destaca com o segundo melhor crescimento do País, tanto no acumulado do ano, como nos últimos 12 meses.

A produção industrial catarinense estava, em agosto, 4,9% acima do patamar pré-pandemia (fev/2020), também o segundo melhor desempenho, superado por Minas Gerais.

O único segmento que retraiu nesse ano foi o da fabricação de alimentos (-11,6%), impactado pela redução do consumo ocasionada pela inflação e queda da renda no País, além da queda de exportações. A variação dos demais segmentos pode também ser observada na tabela ao lado.

CNC REDUZ EXPECTATIVA DE CRESCIMENTO DO VAREJO NO PAÍS

O volume de vendas do varejo ampliado de SC teve queda de 6,5% em agosto, frente a julho. Na média nacional, a queda foi 2,5%. Foi a primeira queda no Estado depois de quatro altas sucessivas.

Com isso, o setor reduziu o crescimento acumulado no ano para 13,6%. A tabela abaixo apresenta a variação por segmento. As vendas de Alimentos e Bebidas e Livros foram as únicas a registrar queda no período. O crescimento do varejo estadual nesse ano foi o maior do Sul do País e o segundo maior do eixo Sul-Sudeste.

Já nos últimos 12 meses, o crescimento foi 11,6% no estado, frente a uma média nacional de 8%.

O desempenho do varejo em agosto frustrou expectativas e foi o pior para o mês desde o início da série histórica da PMC em 2003. O resultado coincide com a alta da inflação e dos juros. As crescentes incertezas poderão seguir frustrando as expectativas de crescimento esperada com a volta do consumo presencial.

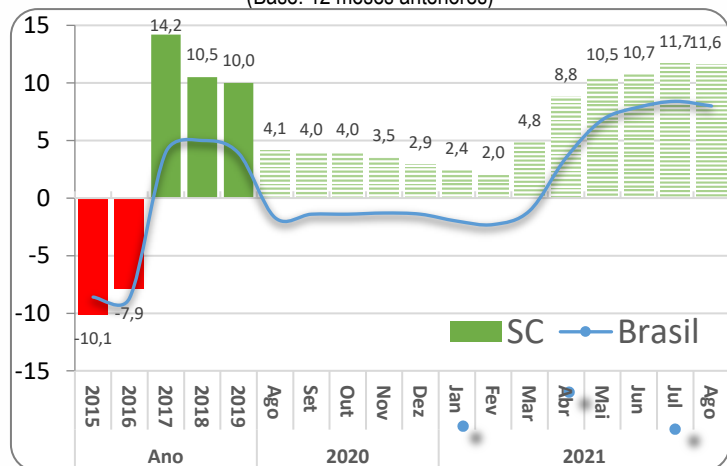
Segundo a CNC, o fluxo atual de consumidores, em nível nacional, em estabelecimentos de consumo presencial, se encontra 8% abaixo do período pré-pandemia. A entidade reduziu a expectativa de crescimento do setor no País em 2021, de 4,9% para 4,6%.

7.4. VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO

VOLUME DE VENDAS

TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA EM 12 MESES (%)

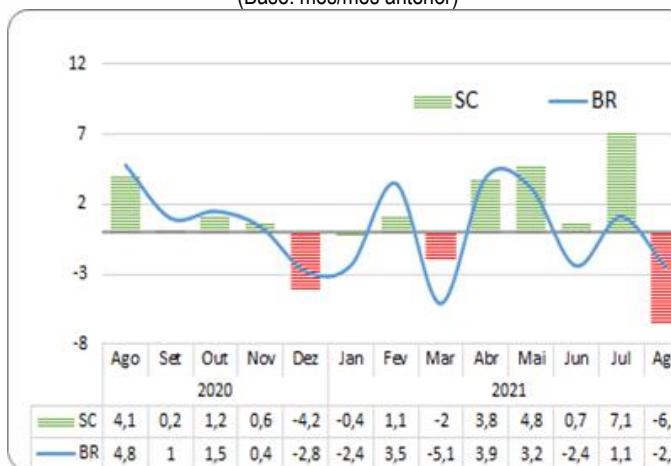
(Base: 12 meses anteriores)



Fonte: IBGE/PMC

VARIACÃO MENSAL (%)

(Base: mês/mês anterior)



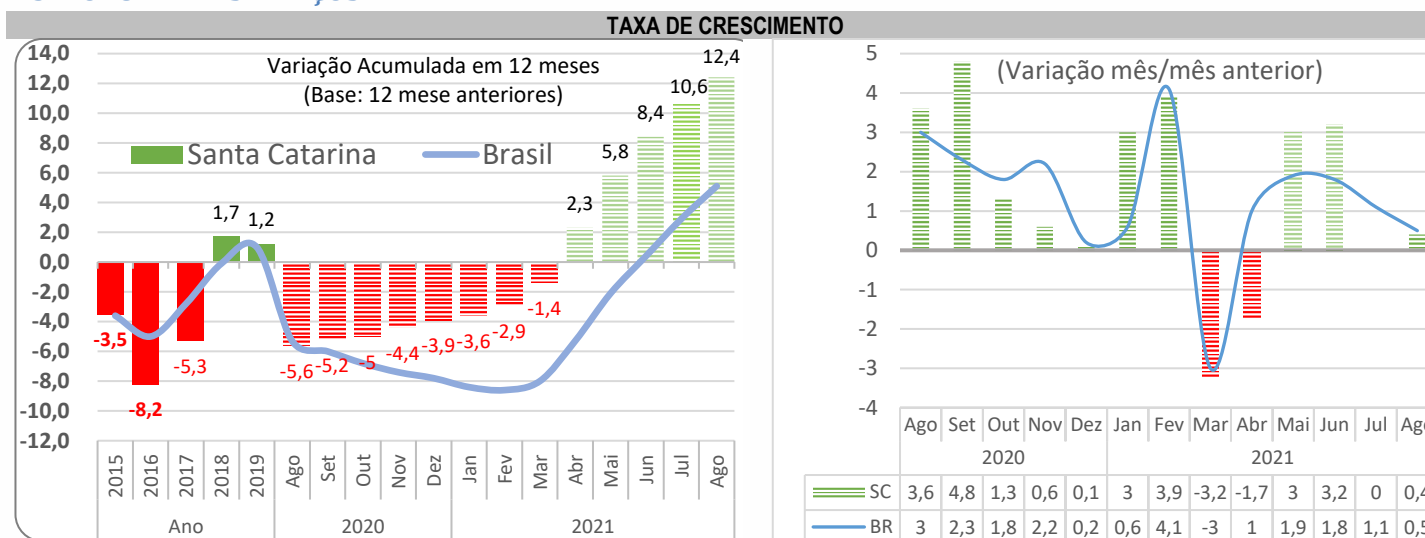
Fonte: IBGE/PMC

VOLUME DE VENDAS POR ATIVIDADE

Varição (%) mensal - AGOSTO (Base: igual mês do ano anterior)	ATIVIDADES	Varição (%) acum. no ano (Base: igual período anterior)
0,0	Comércio Ampliado - BR	9,8
6,1	Comércio Ampliado - SC	13,6
1,8	Combustíveis e lubrificantes	3,9
-2,1	Hiper., superm., prod. aliment., beb. e fumo	-1,9
-11,8	Tecidos, vestuário e calçados	16,1
-6,4	Móveis e eletrodomésticos	0,8
16,7	Art. farmac., med., de perf. e cosm.	16,8
36,7	Livros, jornais, revistas e papelaria	-2,1
32,6	Equip. e mat. para escrit., infor. e com.	3
-0,5	Outros artigos de uso pessoal e doméstico	35,1
23,8	Veículos, motocicletas, partes e peça	35,2
-0,6	Material de construção	15,7

Fonte: IBGE:PMC

7.5. VOLUME DE SERVIÇOS



O volume de serviços em agosto teve alta de 0,4% em SC, após apresentar estabilidade em julho e dois meses de crescimento. Na média nacional o crescimento foi 0,5%.

Em SC, o volume de serviços cresceu 17,2% no ano, acima dos 11,5% da média brasileira. A evolução por segmento pode ser observada na tabela abaixo. Com as restrições impostas pela pandemia, os serviços prestados as famílias, que incluem alojamento e alimentação, foram os últimos a reagirem, mas já registram crescimento de 12% nessa comparação.

Nos últimos doze meses, os serviços tiveram crescimento de 12,4% em Santa Catarina, frente a 5,1% da média nacional, sendo o segundo maior crescimento do volume de serviços do País e o maior entre os 12 maiores estados.

Em relação ao período pré-pandemia (fevereiro de 2020), a produção do setor de serviços catarinense, em agosto de 2021, já o superava em 14,3%. No País, esse indicador acusava crescimento de 4,6%.

Com mais consumidores circulando, as atividades de serviços estão em plena recuperação, mas as perspectivas de inflação e juros podem representar um obstáculo para sustentar esse crescimento.

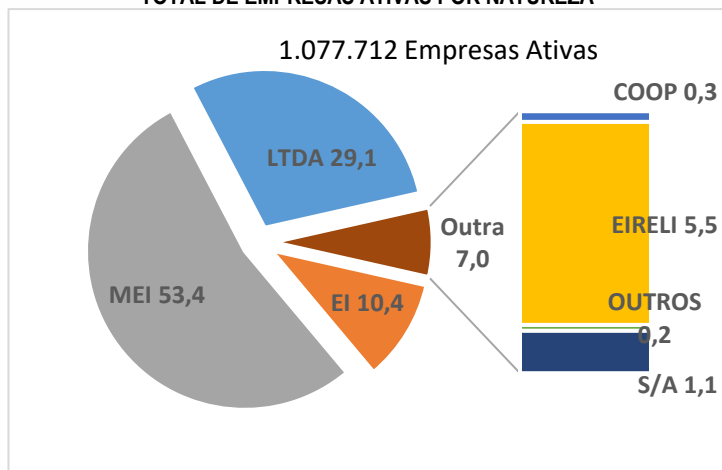
TAXA DE CRESCIMENTO DO VOLUME DE SERVIÇOS, SEGUNDO AS ATIVIDADES

Setor e Atividade (PMS- IBGE)	Var. (%) mensal AGOSTO (Base: mesmo mês do ano anterior)	Var. (%) acum. no ano até AGOSTO (Base: igual período do ano anterior)
Volume Total - BR	16,7	11,5
Volume Total - SC	17,2	17,2
Serviços prestados às famílias	35	12
Serviços de informação e comunicação	16,6	11,2
Serv. Profiss., administr. e complementares	2,1	22,3
Transportes, serv. auxil. aos transportes e correios	20,3	21,2
Outros serviços	22,1	15,7

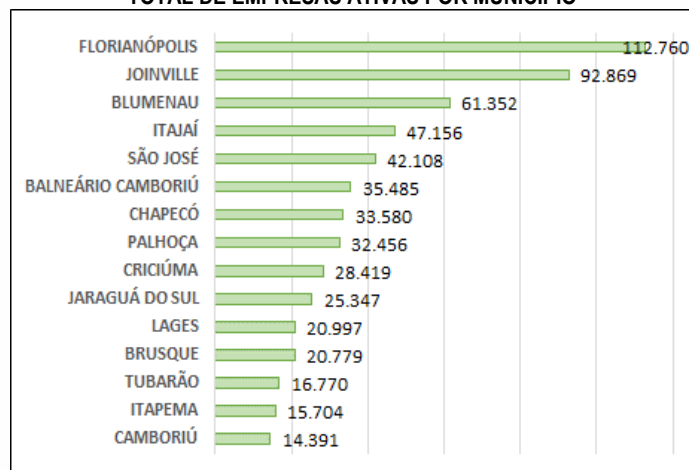
Fonte: IBGE/PMS

7.6. EMPRESAS ATIVAS, CONSTITUÍDAS E BAIXADAS EM SANTA CATARINA

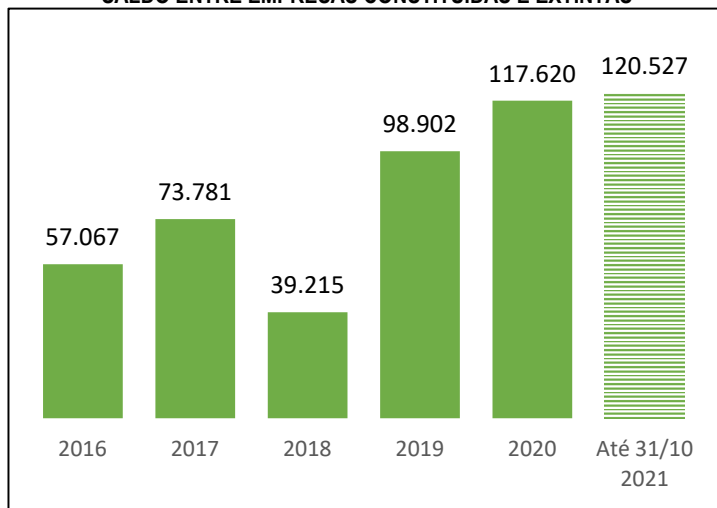
TOTAL DE EMPRESAS ATIVAS POR NATUREZA



TOTAL DE EMPRESAS ATIVAS POR MUNICÍPIO



SALDO ENTRE EMPRESAS CONSTITUÍDAS E EXTINTAS



Fonte: JUCESC (Resultados até 31 de Outubro de 2021)

EMPRESAS CONSTITUÍDAS EM 2021 POR SETOR

Setor	Qtde
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	42.877
Indústrias de transformação	20.805
Construção	17.447
Alojamento e Alimentação	14.445
Outras atividades de serviços	13.087
Atividades profissionais, científicas e técnicas	14.152
Transporte, armazenagem e correio	12.314
Atividades administrativas e serviços complementares	13.175
Educação	7.525
Informação e comunicação	5.296
Saúde humana e serviços sociais	4.071
Serviços domésticos	3.549
Atividades imobiliárias	2.460
Outras	0
TOTAL	171.203

EMPRESAS ATIVAS

O número de empresas ativas em SC até o dia 4/11/2021 era de 1.077.712. Desse total, 53,4% referem-se a microempreendedores individuais (MEI), enquanto 5,5% são empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELI) e 10,4% são empreendedores individuais (EI). As empresas de sociedade limitada representam outros 29,1%. Somados, essas categorias somam 98,4% das empresas do Estado.

DISTRIBUIÇÃO POR MUNICÍPIO

Florianópolis lidera o empreendedorismo em Santa Catarina. Do total de empresas ativas no Estado, 55,7% estão registradas nos quinze municípios destacados no gráfico.

EMPRESAS CONSTITUÍDAS

O saldo entre empresas constituídas e extintas pela Junta Comercial de SC vem subindo a cada ano. Em 2020 o saldo superou 2019 que já havia sido o maior da série iniciada em 2013. E em 2021, até outubro, o saldo superou 120 mil novas empresas e já supera 2020. O saldo atípico de 2018 deve-se ao grande número de extinções por força de lei.

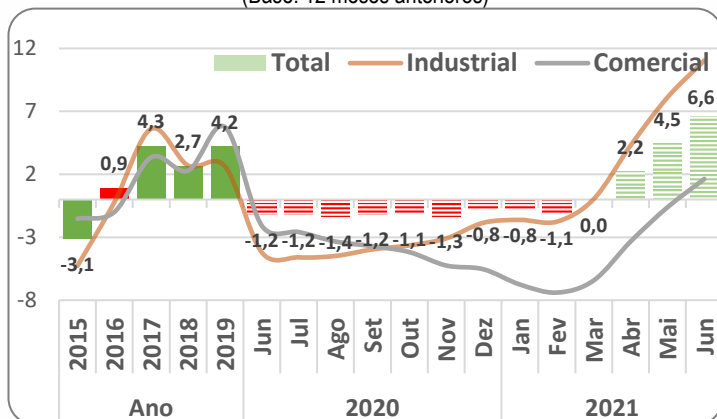
POR SETOR

Do total de empresas que foram constituídas em 2021, o setor do comércio lidera entre os demais. A indústria de transformação, a construção civil, alojamento e alimentação e outras atividades de serviços seguem como os empreendimentos mais atrativos.

7. VENDAS DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, CIMENTO, VEÍCULOS E CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

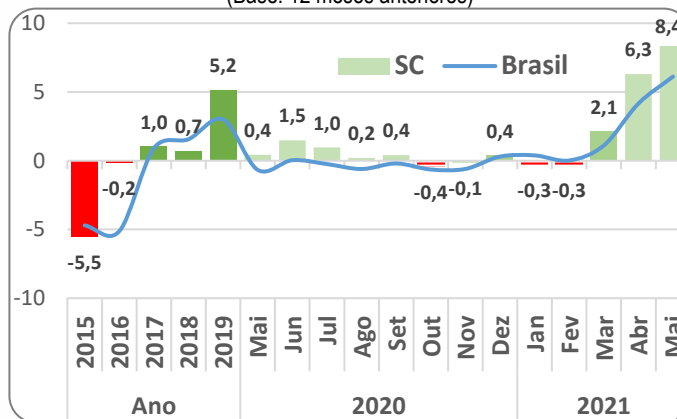
ENERGIA ELÉTRICA ÓLEO DIESEL

TAXA DE CRESCIMENTO DO CONSUMO ACUMULADA EM 12 MESES (%)
(Base: 12 meses anteriores)



Fonte: CELESC

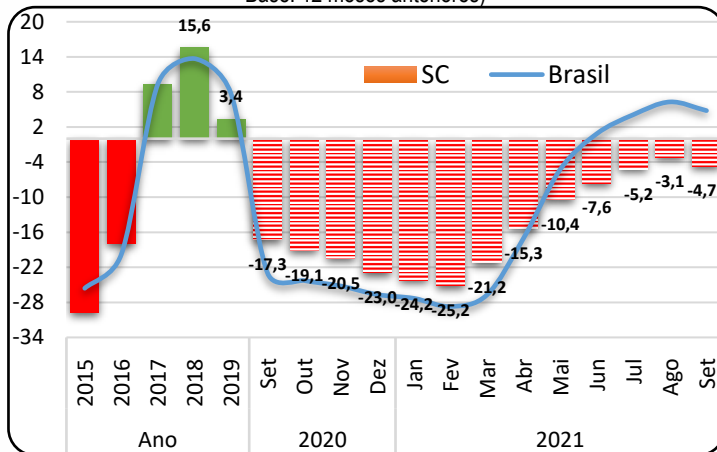
TAXA DE CRESCIMENTO DAS VENDAS ACUMULADA EM 12 MESES (%)
(Base: 12 meses anteriores)



Fonte: ANP

EMPLACAMENTO DE VEÍCULOS NOVOS

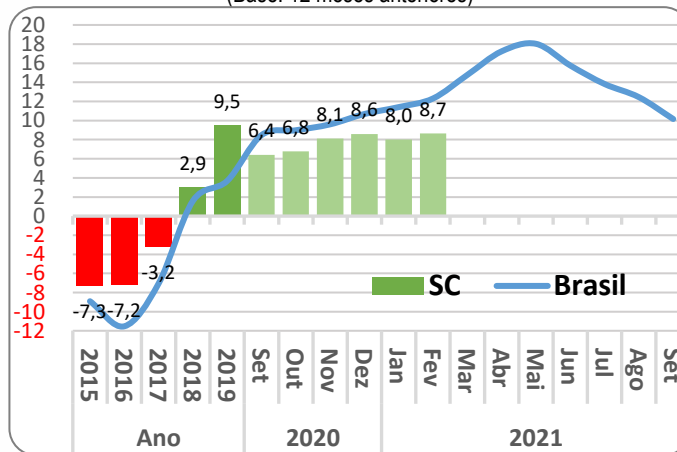
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA EM 12 MESES (%)
Base: 12 meses anteriores)



Fonte: FENABRAVE/SC

CONSUMO APARENTE DE CIMENTO

TAXA DE CRESCIMENTO DAS VENDAS ACUMULADA EM 12 MESES (%)
(Base: 12 meses anteriores)



Fonte: SNIC

ENERGIA ELÉTRICA

O consumo de EE distribuída pela Celesc cresceu 9,5% no primeiro semestre, influenciado pelo crescimento do consumo industrial de 17,1% e pelo comercial, de 6%. O residencial teve alta de 4,2%. Nos últimos 12 meses encerrados em junho, o consumo total cresceu 6,6%, quando comparado com o mesmo período anterior.

ÓLEO DIESEL

As vendas de óleo diesel foram bastante impactadas pela retração econômica, mas já reagiram com a retomada. Em maio, as vendas foram 19% maiores em SC que no mesmo mês de 2020, quando estavam em baixa. No ano, já acumulam alta de 16,5% e em doze meses, de 8,4%.

VEÍCULOS

O mercado se recupera com dificuldades. A produção continua represada por falta de componentes eletrônicos, entre outros insumos. O crescimento dos licenciamentos de veículos e comerciais leves recuou para 0,9% em SC e para 13% no País em 2021 até setembro. Ressalta-se que essa alta ocorreu sob uma base muito baixa, já que no ano passado houve forte retração no mercado.

CIMENTO

As vendas de cimento estão desacelerando. Segundo a SNIC, queda na renda, endividamento recorde das famílias brasileiras, alto nível de desemprego, diminuição do auxílio emergencial, elevação das taxas de juros e da inflação e as crises políticas estão ocasionando uma queda de confiança no mercado nacional.

ESTOQUE DE EMPREGOS SUPERA PRÉ-PANDEMIA EM 8%

A economia catarinense abriu 17.829 novos postos formais em setembro. Foi o quinto maior volume do País no mês. Conforme a série histórica, o resultado é o segundo melhor para o mês em dezessete anos.

O número de postos gerados no ano até setembro, de 176.789 também representa o maior saldo em toda a série histórica iniciada em 2004 e é o terceiro maior número, atrás de São Paulo e Minas Gerais.

E nos últimos doze meses, Santa Catarina criou 226,4 mil empregos, o que representa um crescimento de 10,7%, o maior do Brasil.

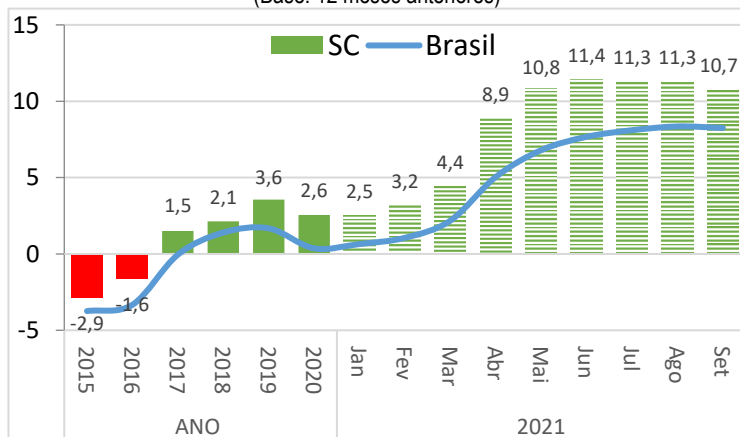
O atual estoque de empregos formais (set 2021) de SC, de 2.338.463, já supera em quase 8% o nível pré-pandemia. Setorialmente, a recuperação ficou a cargo principalmente da Construção e da Indústria, cujos estoques estão mais de 10% acima do patamar de fevereiro de 2020.

Em setembro, os destaques na geração de postos foram os Serviços (saldo de 7.359 postos) e Indústria (4.549 postos). O comércio abriu 4.273 postos.

Nos Serviços, as maiores contribuições vieram das atividades administrativas e serviços complementares (1.730 postos) e alojamento e alimentação (1.647). Na Indústria, vieram da confecção de artigos do vestuário (841 postos) e fabricação de produtos têxteis (655 postos).

7.8. MERCADO DE TRABALHO

TAXA DE CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL ACUMULADA EM 12 MESES (%)
(Base: 12 meses anteriores)



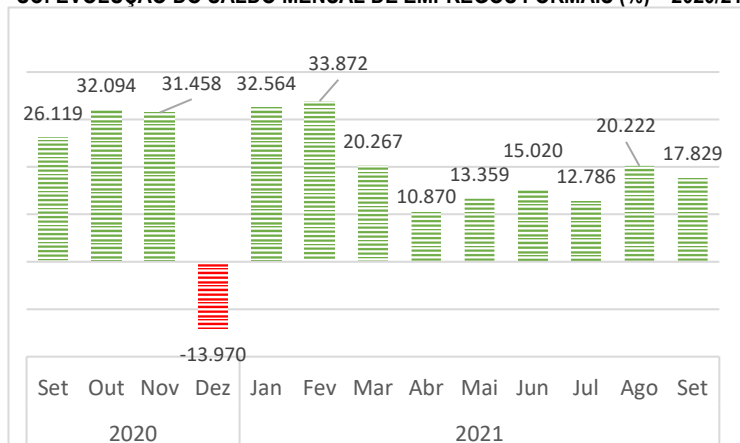
Fonte: MTE/CAGED/NOVO CAGED

SC: SALDO DO EMPREGO FORMAL EM 12 MESES (em Mil)
(Out/20 a Set21)



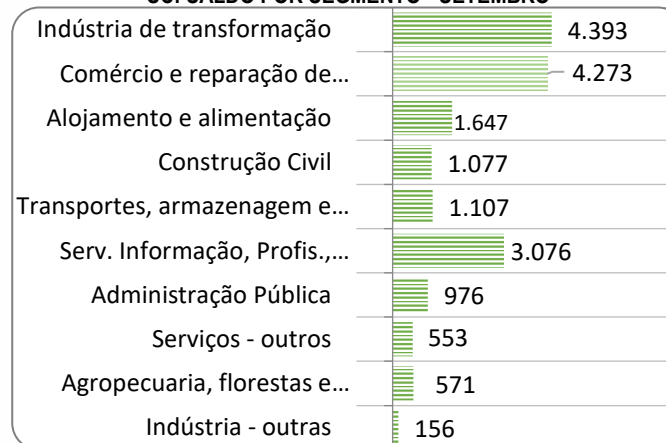
Fonte: MTE/CAGED/NOVO CAGED

SC: EVOLUÇÃO DO SALDO MENSAL DE EMPREGOS FORMALS (%) – 2020/21



Fonte: MTE/NOVO CAGED

SC: SALDO POR SEGMENTO - SETEMBRO

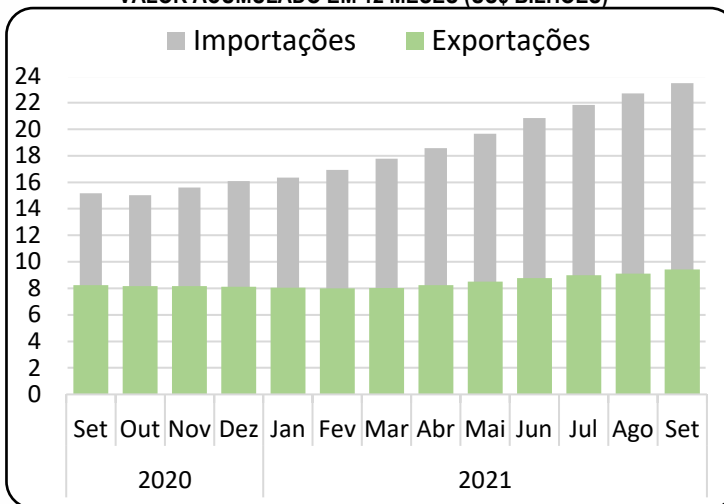


Fonte: MTE/NOVO CAGED

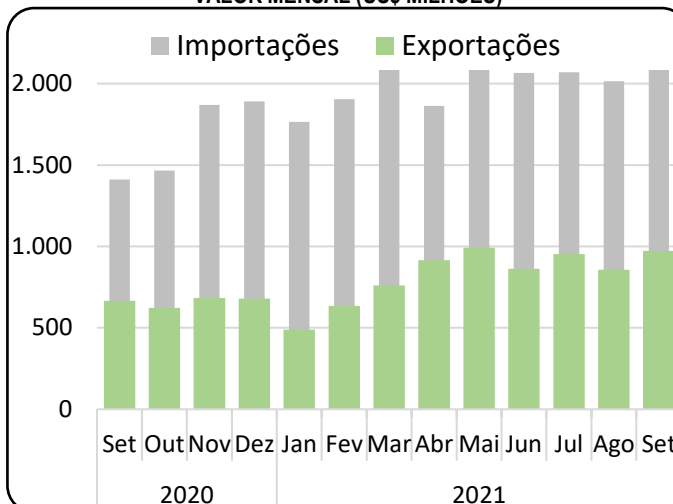
7.9. COMÉRCIO EXTERIOR

BALANÇA COMERCIAL DE SANTA CATARINA

VALOR ACUMULADO EM 12 MESES (US\$ BILHÕES)

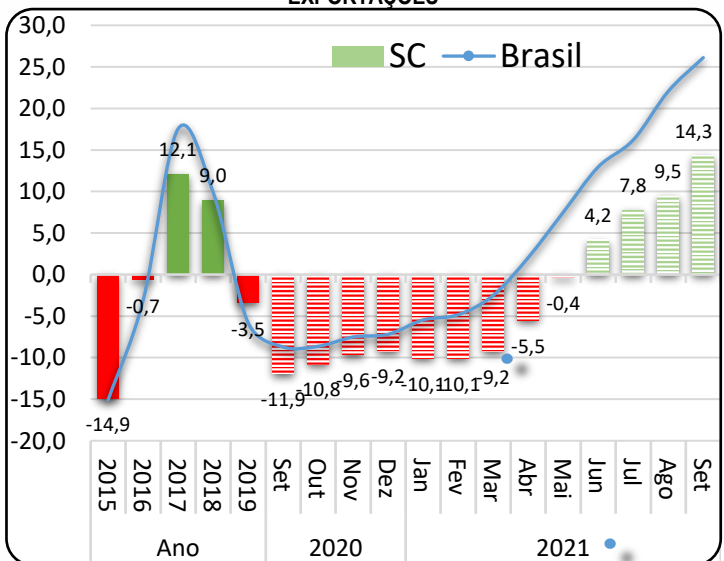


VALOR MENSAL (US\$ MILHÕES)

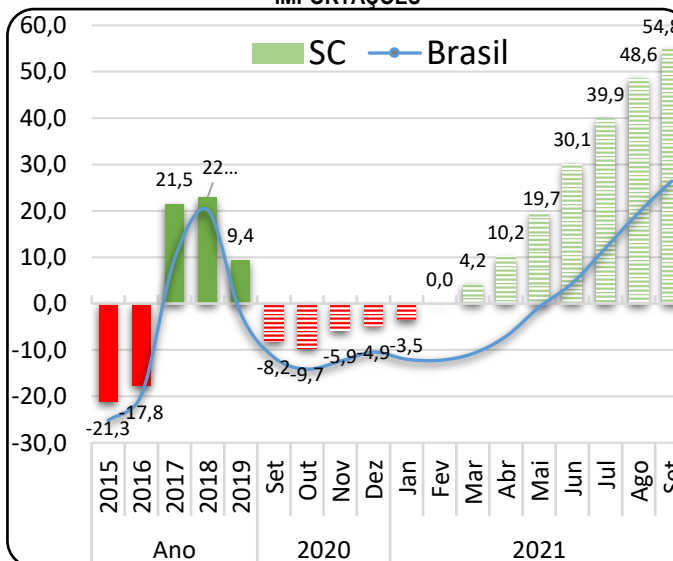


TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA DE 12 MESES (BASE 12 MESES ANTERIORES)

EXPORTAÇÕES



IMPORTAÇÕES



Fonte: MDIC

(Fonte: MDIC)

CORRENTE DE COMÉRCIO É RECORDE

A corrente de comércio (exportações + importações) via portos catarinenses registrou um recorde para o período acumulado de janeiro a setembro. O total comercializado, de US\$ 25,7 bilhões supera em 50,9% o valor do mesmo período de 2020, e em 31,8% o valor do mesmo período de 2019.

Nesse ano, as exportações catarinenses cresceram 21% enquanto as importações cresceram 67,8%. Nesse mesmo período, as exportações brasileiras cresceram 37% e as importações, 36,4%.

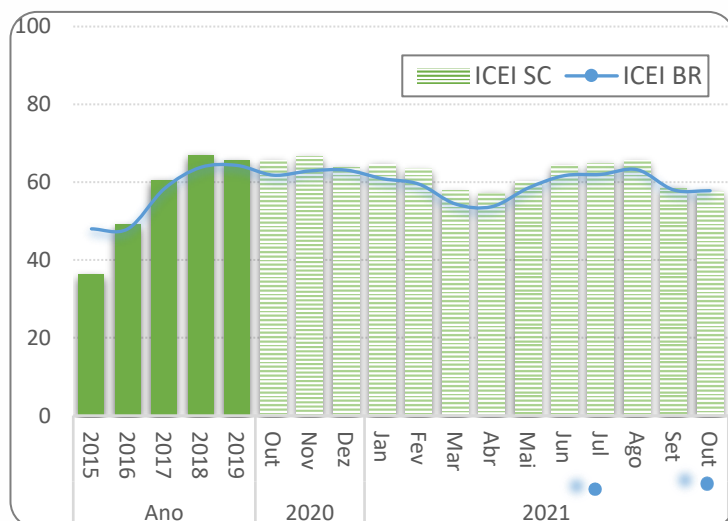
As exportações de setembro atingiram US\$ 973,4 milhões, o maior valor para o mês da série iniciada em 1997, enquanto as importações atingiram US\$ 2.177,7 milhões, o segundo melhor resultado do País, atrás do Estado de São Paulo.

O valor dos embarques de carnes suínas congeladas de SC cresceu 25,8% em 2021 e representou 13,8% do total, superando o das carnes de aves que cresceu 17,8% e representou 12,9% do total. Entre os 10 principais produtos exportados destacou-se ainda o recuo do valor da soja, de 16,3%, e o crescimento de outras madeiras compensadas (+116%); móveis (+42%), portas (+36,1%), madeiras de coníferas (+35%); motores (+33,6%) e peças (+29,4%).

A China vem reduzindo participação nas exportações estaduais, mas ainda é o principal destino dos embarques em 2021 com 18,9% do valor total, seguido por EUA (18,3%); Argentina (5,3%); Chile (5,2%) e México (4,1%). Nesse grupo, o maior crescimento foi o dos embarques para o Chile (+82,8%) e Argentina (+44,1%). As vendas para a China recuaram 0,8%.

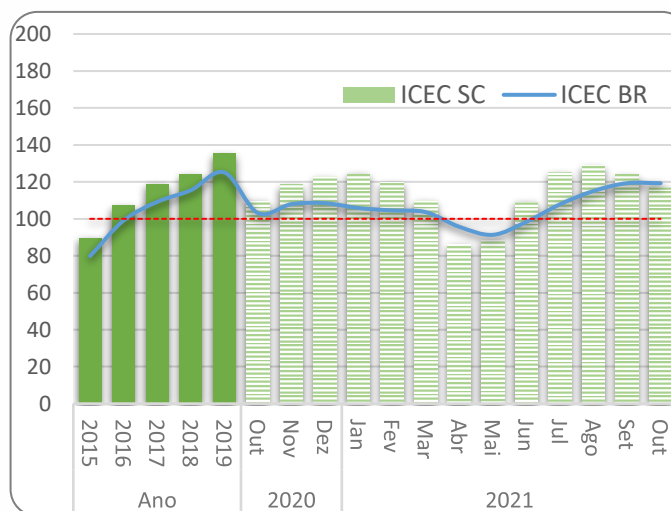
7.10. ÍNDICE DE CONFIANÇA

ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL - ICEI (1)



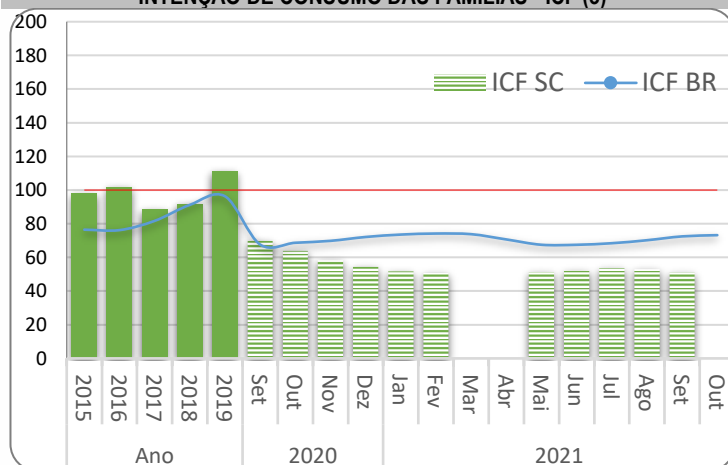
Fonte: FIESC e CNI

ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO DO COMÉRCIO - ICEC (2)



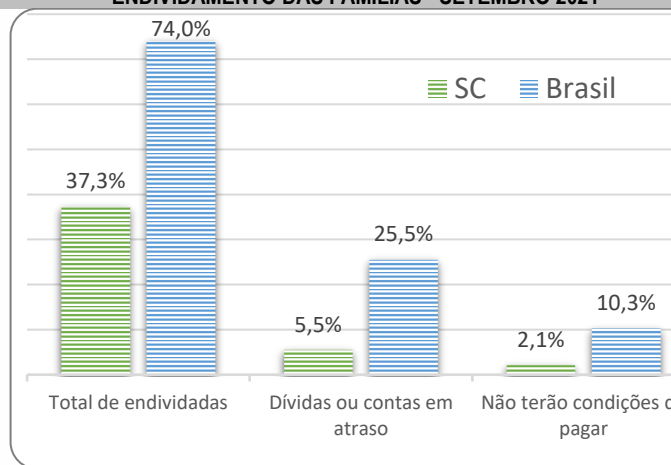
Fonte: Fecomércio SC e CNC

INTENÇÃO DE CONSUMO DAS FAMÍLIAS - ICF (3)



Fonte: Fecomércio e CNC

ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS - SETEMBRO 2021



Fonte: Fecomércio e CNC

INDUSTRIA: INCERTEZAS AFETAM CONFIANÇA

Segundo a Fiesc, a queda pelo segundo mês consecutivo na confiança do industrial possui elevada correlação com o cenário nacional mais conturbado no âmbito político e fiscal. A desaceleração na atividade global, a inflação e os gargalos logísticos e de energia também preocupam tornando as condições atuais menos favoráveis.

COMERCIO MENOS OTIMISTA

Confiança do empresário interrompeu crescimento e caiu pelo segundo mês consecutivo ainda que permaneça otimista. Ambiente externo menos favorável se soma aos problemas internos como inflação e juros crescentes, riscos fiscais e crises políticas. Houve queda em todos os componentes do ICEC-SC: condições atuais, expectativas e investimentos.

INTENÇÃO DE CONSUMO

A retomada econômica e o avanço da imunização não formam suficientes para reverter a confiança dos consumidores aos patamares pré-crise. A percepção de deterioração do nível de consumo atual, do acesso ao crédito e das perspectivas profissionais contribuíram para aumentar o pessimismo das famílias catarinenses, renovando mínima histórica do indicador.

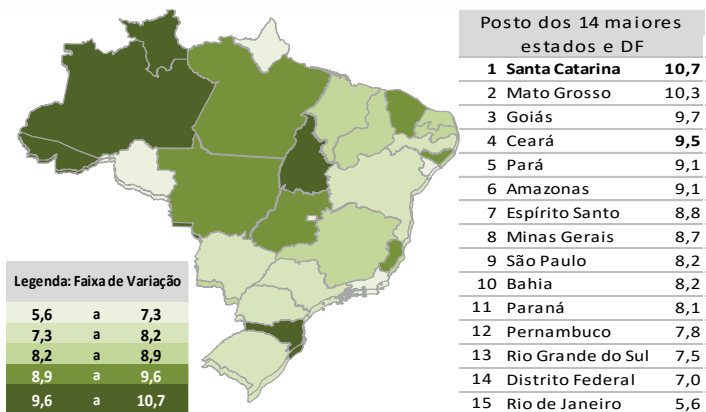
ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS

O número de famílias endividadas em Santa Catarina apresentou leve alta em setembro, após atingir a mínima histórica no mês anterior. Já a taxa de inadimplência, renovou a mínima histórica. Em nível nacional, ao contrário, o endividamento segue recorde.

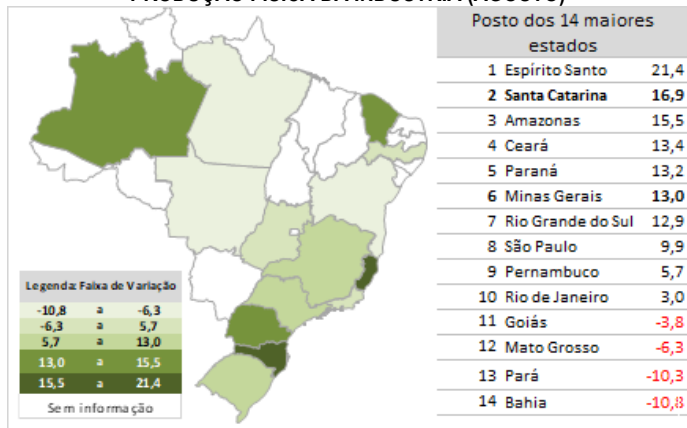
7.11. DESEMPENHO DOS ESTADOS

TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA EM 12 MESES (%) (BASE: 12 MESES ANTERIORES)

EMPREGO FORMAL (SETEMBRO)



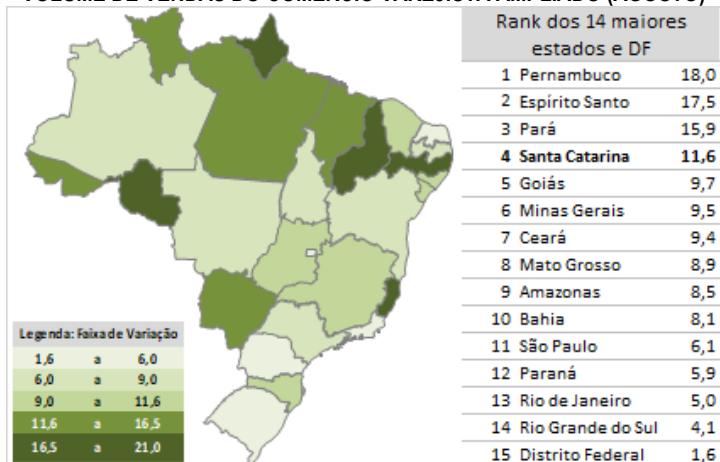
PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA (AGOSTO)



Fonte: IBGE/PIM

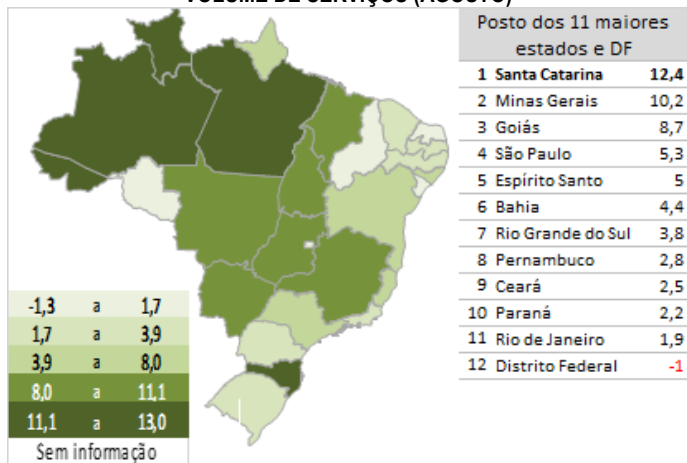
Fonte: NOVO CAGED

VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO (AGOSTO)



Fonte: IBGE/PMC

VOLUME DE SERVIÇOS (AGOSTO)



Fonte: IBGE/PMS

EMPREGO: SC MANTÉM LIDERANÇA

SC é o estado de maior crescimento do emprego nos últimos 12 meses, 10,72%. Também é o terceiro em postos gerados no período, atrás de SP e MG. A média brasileira apresentou crescimento de 8,25% no período.

INDÚSTRIA: SC TEM SEGUNDO MAIOR CRESCIMENTO

Com um crescimento da produção física industrial de 16,9% nos últimos doze meses, SC ocupa o segundo posto do País entre os 14 maiores estados industrializados. A média nacional foi 8,4%.

COMÉRCIO: MAIOR CRESCIMENTO DO SUL DO PAÍS

Nos últimos doze meses, SC figura com o maior crescimento no Sul do País e o segundo maior do eixo Sul-Sudeste. E avançou para o quarto posto em crescimento das vendas entre os 15 maiores estados. O varejo ampliado estadual cresceu 11,6%, enquanto a média brasileira foi 8%.

SERVIÇOS: SC LIDERA

A retomada do setor de serviços continua garantindo para SC uma posição de destaque. Entre os doze maiores estados mantém o posto de maior crescimento do País nos últimos doze meses, sendo o segundo no cômputo geral.

INFLAÇÃO É A MAIOR DESDE 1994

A inflação de setembro avançou 1,16%, a maior para o mês desde 1994. Com isso, o índice acumula alta de 6,9% no ano e de 10,25% nos últimos 12 meses.

A meta de inflação definida pelo CMN é de 3,75%, com tolerância entre 2,25% e 5,25%. Com o resultado do mês, se distancia um pouco mais do teto planejado para o ano.

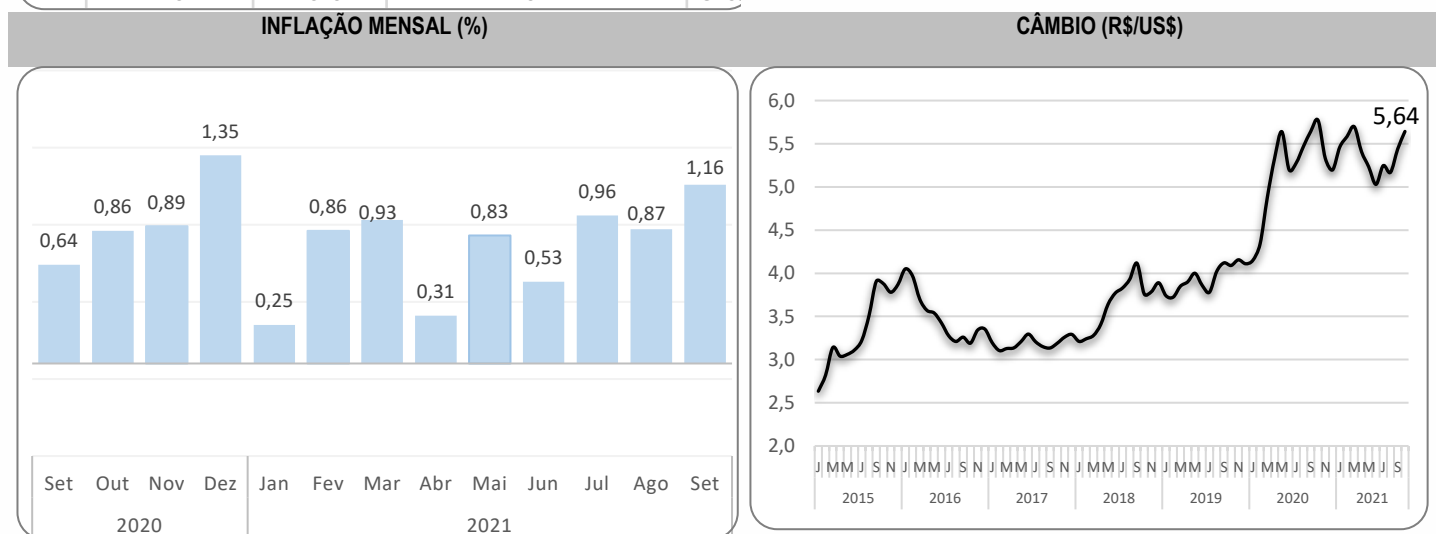
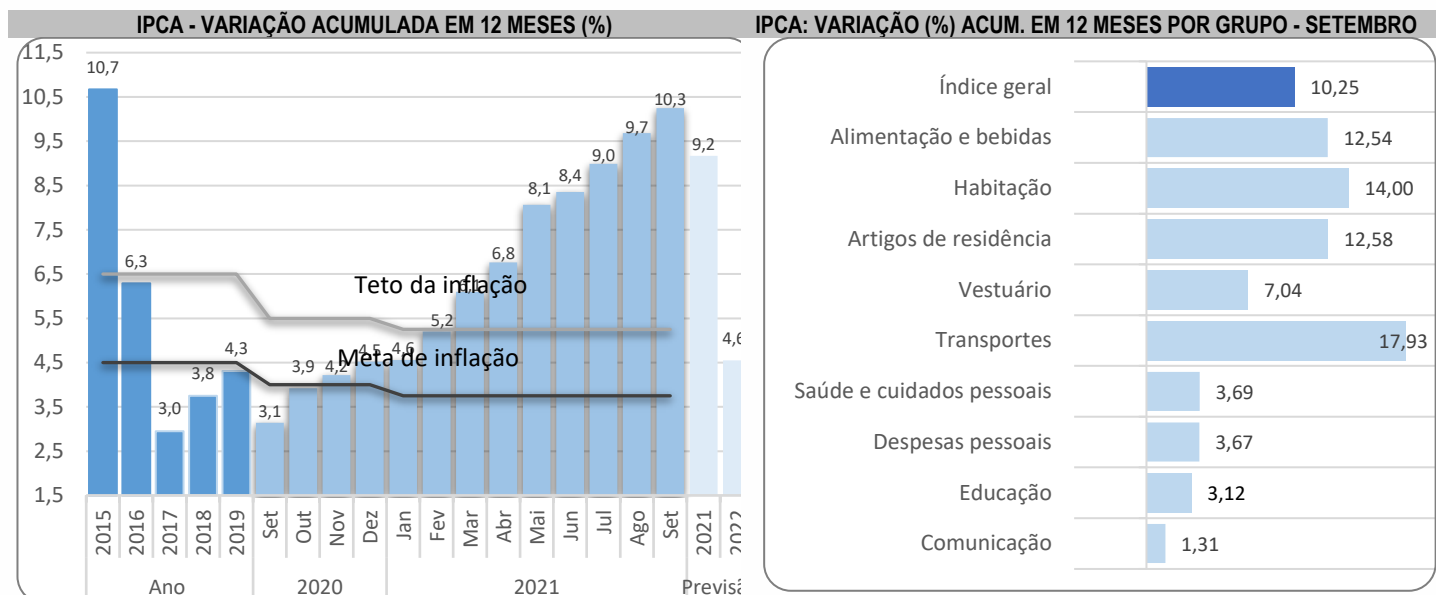
Nos últimos 12 meses, o grupo Transporte teve a maior variação, seguido por Habitação, Artigos de Residência e Alimentação e Bebidas.

O maior impacto em setembro veio novamente do grupo habitação devido a alta da energia elétrica e do botijão de gás. Nos transportes, a alta foi puxada pelos combustíveis e passagens aéreas. A Alimentação e bebidas tiveram uma leve desaceleração.

CÂMBIO

O câmbio encerrou setembro com o Real mais fraco frente ao Dólar pelo segundo mês consecutivo. Contribuíram a piora no quadro fiscal e político. A moeda brasileira segue pressionada pelas incertezas com as contas públicas do país diante das manobras do governo para furar o teto de gastos.

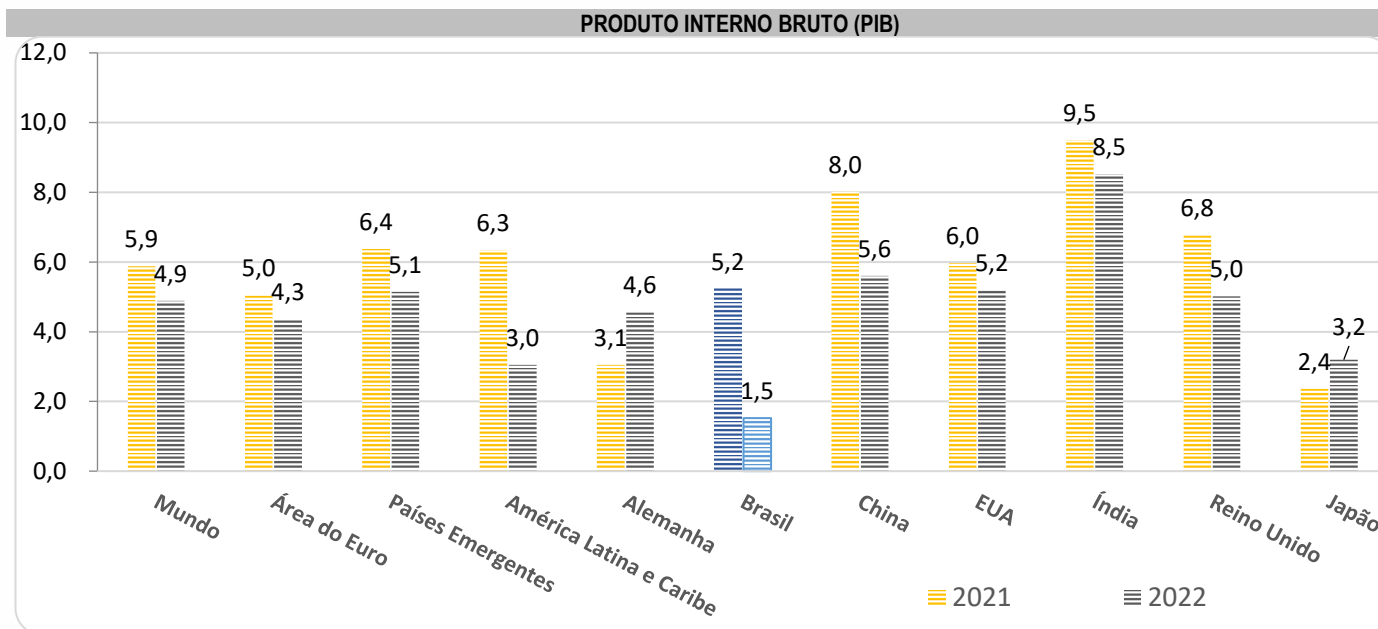
OUTROS INDICADORES ECONÔMICOS - INFLAÇÃO E TAXA DE CÂMBIO



Fonte: IBGE; Bacen/Boletim Focus

Fonte: Bacen

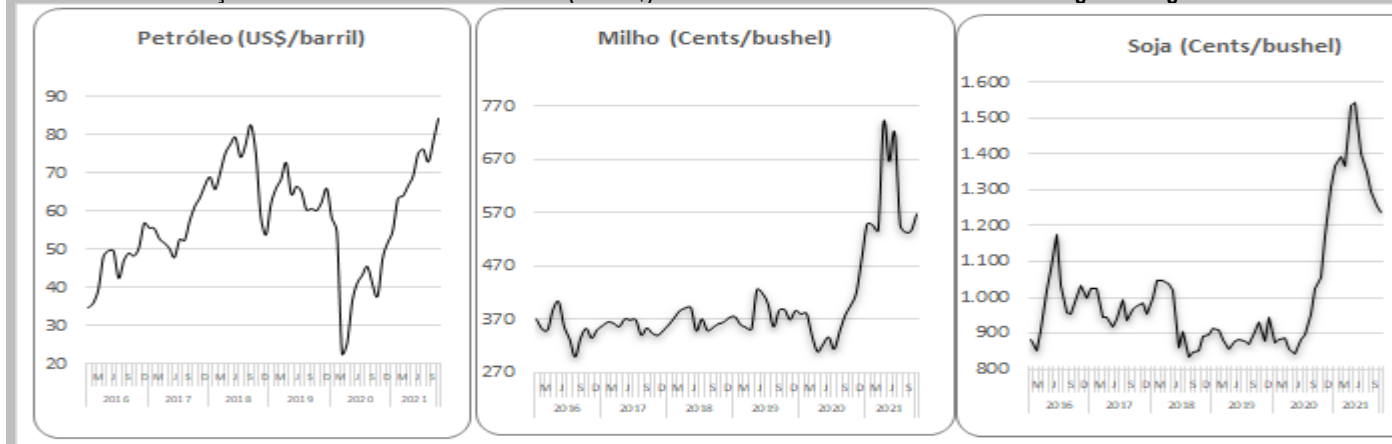
9. ECONOMIA INTERNACIONAL



Fonte: FMI - World Economic Outlook Database (Outubro//2021)

COMMODITIES - PREÇOS NOMERCADO INTERNACIONAL (EM US\$)

Bloomberg/Investing.com - OUTUBRO/2021



FMI: COMÉRCIO MUNDIAL CRESCE 10% EM 2021

Segundo o FMI, em seu relatório das Perspectivas Econômicas Mundiais de outubro, a recuperação econômica mundial segue em meio ao ressurgimento da pandemia e colocando desafios excepcionais às políticas.

Para 2021, o FMI prevê um crescimento de 5,2% para o Brasil (após queda de 4,1% em 2020) e de 5,9% para a economia mundial. E para 2022, rebaixou a alta prevista para o Brasil de 1,9% para 1,5% e manteve a alta de 4,9% previstos para o mundo.

O relatório destaca que na comparação com julho passado houve aumento das disparidades, principalmente entre as economias avançadas e as em desenvolvimento de renda baixa. O acesso as vacinas foi o principal motivo dessas diferenças. E que a inflação teve alta acentuada tanto nos EUA como em economias emergentes, já que o fim das restrições acelerou o crescimento da demanda sem acompanhamento da oferta em igual velocidade. As perspectivas da inflação se mantem altamente incertas.

Apesar das turbulências atuais, se prevê um crescimento do volume do comércio mundial de 10% para 2021 e de outros 7% em 2022, em consonância com a recuperação internacional mais geral que se projeta.

COMMODITIES

A recuperação econômica mundial após o impacto inicial da pandemia movimentou o comercio mundial, impactando o preço das commodities. Apesar de quedas recentes, em 12 meses até 31/outubro, o petróleo teve alta de 77%, a soja de 5,7% e o milho de 35%. Os dois últimos, no entanto, estão em processo de desaceleração

